

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Faculdade de Educação  
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Especialização em Formação em Docência  
para a Educação Básica

Maria José Ribeiro Araújo

**ENTRE O DIAGNÓSTICO E A BANALIZAÇÃO: a função do laudo médico para a  
atuação docente e a patologização no contexto escolar**

Belo Horizonte  
2025

Maria José Ribeiro Araújo

**ENTRE O DIAGNÓSTICO E A BANALIZAÇÃO: a função do laudo médico para a atuação docente e a patologização no contexto escolar**

Monografia de especialização apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Docência da Educação Básica.

Área de concentração: Docência e Inclusão escolar

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Nathália Lopes Machado

Belo Horizonte  
2025

A663e  
TCC

Araújo, Maria José Ribeiro, 1980-

Entre o diagnóstico e a banalização [manuscrito] : a função do laudo médico para a atuação docente e a patologização no contexto escolar / Maria José Ribeiro Araújo. - Belo Horizonte , 2025.

58 f. : enc.

Monografia -- (Especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora: Nathália Lopes Machado.

Bibliografia: f. 51-57.

Apêndices: f. 58.

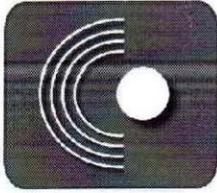
1. Inclusão escolar. 2. Educação inclusiva. 3. Educação especial. 4. Prática pedagógica. 5. Crianças -- Doenças -- Diagnóstico.

I. Título. II. Machado, Nathália Lopes. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 371.9

**Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)**

Bibliotecária: Raissa Michalsky Martins CRB6 3155/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
Curso de Especialização em Formação em Docência para  
Educação Básica

ATA DE DEFESA DO NONINGENTÉSIMO QUADRAGÉSIMO NONO TRABALHO FINAL DO CURSO  
DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DOCÊNCIA E INCLUSÃO ESCOLAR: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A  
PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ESCOLA

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização Formação em Docência para a Educação Básica – com o título “**Entre o diagnóstico e a banalização: a função do laudo médico para a atuação docente e a patologização no contexto escolar**”, do(a) aluno(a) **Maria José Ribeiro Araújo**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Nathália Lopes Machado (orientador) e Camila Amorim Campos. Os trabalhos iniciaram-se às 8h, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho APROVADO. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Luciana Gomes da Luz Silva, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte, 12 de julho de 2025.

Aluno(a) maria jose ribeiro araujo  
**Maria José Ribeiro Araújo**

Registro na UFMG: 2024694530

Nathalia Lopes Machado  
Profa. Ms. Nathália Lopes Machado  
Orientador(a)

Camila Amorim Campos  
Profa. Ms. Camila Amorim Campos  
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)

Luciana Gomes da Luz Silva  
Luciana Gomes da Luz Silva  
Secretária do Colegiado de Curso de Especialização  
Em Formação em Docência para Educação Básica

## **AGRADECIMENTOS**

A jornada até aqui foi desafiadora, intensa e, ao mesmo tempo, profundamente transformadora. Olhar para trás e perceber tudo o que vivi até este momento me enche de gratidão.

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar forças nos momentos de cansaço, por me sustentar nas incertezas e por nunca me deixar desistir, mesmo quando tudo parecia difícil demais. Obrigada por ter colocado pessoas maravilhosas e inspiradoras em minha vida...

Aos meus pais, Augusto e Virgínia, minha eterna gratidão pelo amor, pelos valores que me ensinaram e pelo apoio constante em cada passo da minha caminhada. Vocês são minha base. Mãe, se cheguei até aqui, foi porque, inúmeras vezes, a senhora disse que esse dia chegaria, foi a força propulsora que me conduziu até o final. A você, minha inspiração, minha eterna gratidão!

Ao meu marido, Gustavo, obrigada por estar ao meu lado, pelo companheirismo e paciência, principalmente, nesta reta final. E ao meu filho, Lucas, meu maior presente, meu coração fora do peito, que me inspira todos os dias a ser melhor. Por entender, mesmo tão novo, a ausência da mamãe nos sábados de natação. Obrigada por estarem comigo nesta jornada!

À minha orientadora, Nathália, que com sabedoria, empatia e dedicação me guiou nesse processo. Sua confiança em mim fez toda a diferença! Obrigada por todo o suporte, pelo tutorial, por me resgatar quando me senti perdida e por construir este trabalho junto comigo. Não podia ter tido orientadora melhor! Muito obrigada! Conciliar os estudos com tantas responsabilidades e demandas foi um dos maiores desafios dessa etapa. Mas hoje, com o coração cheio de orgulho, posso dizer que valeu a pena.

A todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa etapa em minha vida, o meu mais sincero e afetuoso agradecimento.

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar o lugar que o laudo médico ocupa na prática pedagógica, problematizando como sua utilização impacta a atuação docente e contribui para processos de patologização no contexto escolar. Parte da constatação de que, embora os laudos sejam fundamentais para garantir acesso a direitos, sua utilização como principal referência para definir intervenções tem esvaziado o saber pedagógico e reforçado lógicas medicalizantes. A questão norteadora foi: qual o lugar que o laudo médico ocupa na prática pedagógica e como sua utilização impacta a atuação docente, contribuindo para processos de patologização no contexto escolar? A abordagem metodológica é qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em pesquisa bibliográfica, análise documental e aplicação de questionário com sete professores da rede municipal de Itabirito (MG). Os resultados indicam que a centralidade atribuída ao diagnóstico não necessariamente favorece a inclusão, funcionando, muitas vezes, como instrumento burocrático que valida demandas institucionais, mas pouco contribui para orientar práticas efetivas. Evidencia-se a necessidade de ressignificar o papel do professor nesse processo, priorizando o saber pedagógico e deslocando o foco da linguagem médica como eixo central da prática. Conclui-se que é urgente romper com lógicas patologizantes e fortalecer práticas que reconheçam a singularidade dos estudantes, valorizando a escuta, a observação e a construção coletiva do conhecimento como fundamentos da inclusão.

**Palavras-chave:** inclusão escolar; laudo médico; patologização da infância; prática pedagógica; medicalização da educação.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the role that medical reports play in pedagogical practice, questioning how their use impacts teaching performance and contributes to processes of pathologization within the school context. It is based on the observation that, although medical reports are essential for ensuring access to rights, their use as the main reference for defining interventions has often emptied pedagogical knowledge and reinforced medicalizing logics. The guiding question was: what role do medical reports play in pedagogical practice, and how does their use impact teaching performance, contributing to processes of pathologization in the school context? The methodological approach is qualitative, exploratory, and descriptive, based on bibliographic research, document analysis, and the application of questionnaires to seven teachers from the municipal education network of Itabirito (MG). The results indicate that the centrality attributed to diagnosis does not necessarily favor inclusion, often functioning as a bureaucratic instrument that validates institutional demands but contributes little to guiding effective practices. The need to reposition teachers in this process is evident, prioritizing pedagogical knowledge and shifting the focus away from medical language as the central axis of practice. It is concluded that it is urgent to break with pathologizing logics and strengthen practices that recognize the uniqueness of students, valuing listening, observation, and the collective construction of knowledge as the foundations of inclusion.

**Keywords:** school inclusion; medical report; childhood pathologization; pedagogical practice; medicalization of education.

## SUMÁRIO

<b>MEMORIAL</b> .....	<b>8</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
1.1 JUSTIFICATIVA .....	13
<b>2 DIAGNÓSTICOS E DEMANDAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: A ESCOLA NO ENCONTRO COM O SABER MÉDICO</b> .....	<b>16</b>
2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL E A CIRCULAÇÃO DOS LAUDOS MÉDICOS NO ESPAÇO ESCOLAR.....	16
2.2 O LAUDO MÉDICO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO: A CENTRALIDADE DO DIAGNÓSTICO NO OLHAR SOBRE O ALUNO .....	19
2.3 MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: ENTRE NORMATIZAÇÃO E EXCLUSÃO	21
<b>3 O PROFESSOR E SEU SABER DIANTE DO ATRAVESSAMENTO DO SABER MÉDICO NA EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE E O PODER DO DIAGNÓSTICO NO CONTEXTO ESCOLAR</b> .....	<b>24</b>
3.1 DO SABER MÉDICO AO SABER PEDAGÓGICO: A VALORIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO E O POSSÍVEL Esvaziamento da Ação Docente.....	24
3.2 ENCAMINHAMENTOS ESCOLARES: DA SALA DE AULA À AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.....	27
3.3 PARA ALÉM DO DIAGNÓSTICO: O PROCESSO DE APRENDIZAGEM COMO ORIENTADOR DA PRÁTICA DOCENTE .....	28
<b>4 CAMINHOS METODOLÓGICOS DO PLANO DE AÇÃO</b> .....	<b>33</b>
4.1 PARTICIPANTES .....	34
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>36</b>
5.1 CATEGORIAS DE ANÁLISE .....	36
5.1.1 Função do laudo para a prática educativa.....	36
5.1.2 Circulação dos laudos e as orientações pedagógicas na escola .....	37
5.1.3 Encaminhamento e diagnóstico: transformações (ou não) na ação pedagógica .....	38
5.1.4 Percepção e práticas docentes diante de alunos com demandas não diagnosticadas .....	39
5.1.5 Impacto do laudo médico (ou diagnóstico) para o desenvolvimento pedagógico do aluno e a atuação do professor.....	39
5.2 RESULTADOS .....	40

<b>6 AÇÕES ORIENTADORAS DIANTE DA CIRCULAÇÃO DOS LAUDOS MÉDICOS E OS EFEITOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....</b>	<b>42</b>
6.1 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS QUE VALORIZEM A PARTICULARIDADE DOS ALUNOS .....	42
6.2 FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR.....	44
6.3 ELABORAÇÃO DE UM DOCUMENTO ORIENTADOR PARA REFLEXÃO E PRÁTICA NAS ESCOLAS ACERCA DOS DIAGNÓSTICOS.....	46
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>51</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>58</b>

## MEMORIAL

TRAJETÓRIA PESSOAL: ONDE TUDO COMEÇOU... Iniciei meus estudos aos 5 anos de idade numa escola pública na cidade de Itabirito. Desde então me sinto acolhida e confortável em um ambiente escolar. Minha mãe, embora sem instrução acadêmica, sempre me mostrou a importância de estudar, continuei meu caminho e só tive experiências positivas, com professoras acolhedoras e que pude construir um bom relacionamento, para além dos muros da escola! As lembranças mais significativas estão relacionadas aos métodos lúdicos que as professoras usavam para que cada aluno pudesse aprender. Embora fosse a aluna que falava demais em sala de aula, sempre tirei notas boas, fui aplicada e estudiosa. Quando tirei minha primeira nota vermelha, em História, na 8ª série, sofri muito, achei que iria repetir de ano, lembro-me que chorei bastante, a escola inteira ficou sabendo. Então, para recuperar a minha nota, comecei a estudar o livro didático, antes mesmo de o professor ministrar a aula, meu objetivo era tirar todas as dúvidas em tempo real com a explicação do professor. Sempre tive afinidade com Português e Ciências, com o tempo fui pegando gosto por História e Geografia. Só a Matemática que não consegui simpatizar, mas mesmo assim cumpria o que era proposto. Estudei em escola pública até o ensino médio e minha formação acadêmica em escola particular, ambos na cidade de Itabirito-MG. Escolhi o curso de Pedagogia, pois gosto de ensinar e compartilhar o que sei, independentemente de estar em sala de aula, mas vi que como professora poderia fazer isso e dar um norte para a vida de uma criança. Percebi, no estágio e pelo tempo efetivo em sala de aula que, muitas crianças, estão sem boas referências para desenhar o seu futuro e, como professora busco agregar valor para esta criança, de modo que ela possa moldar o seu futuro. Proponho-me a conduzir o aluno por um caminho onde ele seja o autor da sua história.

Iniciei a minha experiência profissional em 2008, quando comecei a lecionar para o 1º período na Escola Municipal Ana Amélia Queiroz, eu lembro que sentia uma satisfação muito grande em ser professora de alunos tão pequenos, muitos estavam pela primeira vez em uma escola, ou seja, não ficaram em creches. Eu me sentia realizada com os pequenos, muitas vezes chegava na escola meu chateada, mas isso mudava diante de tantos olhinhos carinhosos e eu me doava para eles, com muita satisfação. No ano seguinte, 2009, fui professora do 4º ano e, nessa faixa etária, os alunos se tornam um pouco independentes, mas ainda mantém um carinho para com

a professora e lembro que haviam alunos que se cobravam demais, querendo serem perfeitos e tive que conduzir essa busca pela perfeição, buscando mitigá-la. Essa experiência também foi muito prazerosa. Fui convidada para ser supervisora, em 2010 e com a função, novos desafios, como atender a demanda dos pais, alunos, professores e gestão. Para mim foi uma época de aprendizado, onde a diretora desempenhou um papel importante em me mostrar os caminhos que eu deveria tomar, juntamente, com as professoras. No entanto, me identifiquei mais com a sala de aula, pelo simples fato de dividir conhecimento. No ano de 2011, acabei me desligando da escola, trabalhei em outras funções, fora da Educação. Já em 2021 tive a oportunidade de fazer o processo seletivo para professora e supervisora, fiz minha inscrição para os dois cargos, no entanto meu alvo era o cargo de professora. No início do ano letivo de 2022 tive a alegria de ser convocada, neste processo para o cargo de professora e para minha satisfação ser completa, na mesma escola onde iniciei minha trajetória como professora. Nesse ano, fui professora do 4º ano e percebi o quanto a Educação mudou. Vários recursos tecnológicos para auxiliar o professor e atrair os alunos, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais atrativo e efetivo. No ano de 2023, me desafiei a lecionar para o 5º ano! Na turma que peguei haviam três alunos com necessidades especiais e o desafio foi ainda maior, pois, não havia lecionado para uma turma nestes moldes. Percebi que quando uma turma apresenta alunos com necessidades especiais, o professor deve buscar sempre um suporte para não excluir esse aluno bem como não excluir os demais, em sala de aula. Percebi que o professor deve ter o cuidado, até mesmo ao falar, para que sua fala, não exclua o aluno com a sua deficiência. Aprendi a ter empatia e estimei a turma, neste sentido, para que os alunos com deficiência não se sentissem um amontoado na sala de aula. A Semana da Pessoa com Deficiência 2023, realizada na cidade de Itabirito-MG, foi de extrema relevância para o meu trabalho, pois além de palestras foi um momento de troca e compartilhamento dos desafios diários da sala de aula. Nela pude entender melhor esse público! Ao final, deste ano letivo, especificamente, percebi a grande necessidade de se buscar, incessantemente, capacitação para atender ao público com necessidades especiais, haja vista que eles vivem em nossa sociedade e devem ter o mesmo trato, respeitando as diferenças. Em 2024, voltei a ser professora do 4º ano, minha turma não possui alunos com necessidades especiais, mas a escola possui uma demanda significativa deste público e quero estar preparada para dar o

meu melhor para eles e fazê-los perceber que eles podem trilhar um caminho de sucesso!

## 1 INTRODUÇÃO

Minha trajetória na área da educação iniciou-se motivada pelo desejo de transformar realidades escolares, promovendo um ensino mais equitativo e inclusivo. A vivência em sala de aula, aliada à convivência diária com alunos em situação de vulnerabilidade escolar, despertou em mim a necessidade de buscar uma formação mais sólida na área da Educação Inclusiva. O contato com diferentes realidades e a percepção de que muitos estudantes não estavam tendo suas especificidades respeitadas foram determinantes para minha escolha por aprofundar os estudos nesse campo.

Durante minha prática docente, constatei inúmeros desafios enfrentados no processo de inclusão escolar, especialmente no que diz respeito à exigência e à interpretação de laudos médicos. Pude observar, de forma recorrente, uma busca intensa por diagnósticos, tanto por parte das famílias quanto dos próprios professores, como tentativa de justificar dificuldades escolares ou viabilizar acessos a serviços especializados. Essa realidade, vivida e presenciada cotidianamente, despertou a necessidade de refletir criticamente sobre o papel do laudo médico no contexto escolar e sobre a possível banalização desse instrumento.

No contexto educacional contemporâneo, a inclusão escolar é pautada em legislações e políticas públicas que garantem o direito de todos à educação. Contudo, observa-se a crescente banalização do laudo médico como requisito para a obtenção de direitos ou adaptações pedagógicas, prática que, em vez de favorecer a inclusão, acaba reforçando processos de exclusão velada. Muitas vezes, o laudo deixa de ser um subsídio de apoio para se tornar um marcador de limitações, medicalizando e rotulando alunos que se afastam do padrão normativo (Fontenele *et al.*, 2023).

Com base nessas observações, definiu-se como objeto de estudo a análise crítica da banalização do laudo médico na inclusão escolar, considerando seus impactos no planejamento pedagógico e na percepção dos docentes sobre o processo de ensino-aprendizagem. Christmann e Pavão (2018) ressaltam que há, nas práticas escolares, uma tendência crescente à dependência de diagnósticos clínicos para a definição de estratégias educacionais, o que limita a valorização da singularidade dos estudantes.

Diante desse cenário, surgiu o problema central desta pesquisa: Qual o lugar que o laudo médico ocupa na prática pedagógica e como sua utilização impacta a

atuação docente, contribuindo para processos de patologização no contexto escolar?

A partir dessa inquietação, elaborou-se um plano de ação voltado para investigar se os laudos emitidos são frutos de avaliações criteriosas e fomentar uma reflexão crítica sobre a real função desses documentos no ambiente escolar (Oliveira; Milani, 2023).

O objetivo geral deste trabalho é analisar o lugar que o laudo médico ocupa na prática pedagógica, problematizando como sua utilização impacta a atuação docente e contribui para processos de patologização no contexto escolar. Os objetivos específicos são: a) investigar como a exigência de laudos médicos interfere na prática pedagógica inclusiva; b) identificar os impactos do uso excessivo de diagnósticos na percepção dos docentes; e c) propor estratégias que valorizem a singularidade dos estudantes, independentemente da existência de laudo formal.

Esta reflexão se alinha às contribuições de Branco e Mata (2022), que defendem a importância da cultura de colaboração entre os profissionais da educação para o sucesso da inclusão escolar. Ao deslocar o foco da doença para as potencialidades dos estudantes, pretende-se construir uma prática pedagógica que reconheça a diversidade como parte fundamental do processo educativo.

Portanto, este trabalho tem como objeto o estudo do uso excessivo dos laudos médicos no processo de inclusão escolar e suas implicações para a prática pedagógica dos professores da Educação Especial. A proposta consiste em analisar de que forma a constante solicitação desses documentos interfere na organização do trabalho docente e no atendimento às necessidades individuais dos estudantes.

Parte-se da hipótese de que a utilização contínua de laudos médicos, muitas vezes, desprovida de avaliação criteriosa, colabora para a perpetuação de práticas excludentes, restringindo o olhar dos educadores sobre as potencialidades dos estudantes e dificultando a consolidação de uma educação efetivamente inclusiva.

Esta pesquisa está organizada em quatro capítulos. O primeiro apresenta o referencial teórico, abordando a origem e o papel dos laudos médicos na educação, bem como seus efeitos sobre a prática docente e a medicalização. O segundo capítulo descreve a metodologia, especificando a abordagem qualitativa, os instrumentos utilizados e os procedimentos de coleta de dados. O terceiro capítulo trata da apresentação e análise dos resultados, articulando-os ao embasamento teórico. O quarto capítulo reúne as considerações finais, destacando as contribuições do estudo.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

A intensificação do uso de laudos médicos nas escolas, associada à prática da medicalização da educação, levanta a necessidade de análises críticas sobre o real papel desses documentos no processo de inclusão escolar. A utilização dos laudos como principal referência para a definição de práticas pedagógicas, muitas vezes, reduz os estudantes a seus diagnósticos, limitando a percepção de suas potencialidades e comprometendo o desenvolvimento de uma educação inclusiva, que valorize as diferenças como princípio educativo. Diante desse cenário, torna-se urgente investigar de que maneira os laudos são incorporados ao cotidiano escolar e quais impactos produzem no processo de aprendizagem.

A relevância desta pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar o debate sobre práticas pedagógicas que, ao invés de promoverem a inclusão, acabam reproduzindo estigmas e exclusões por meio da interpretação restritiva dos diagnósticos. Compreender como os professores lidam com os laudos e de que forma esses documentos influenciam suas ações é fundamental para a construção de práticas mais equitativas e que reconheçam a singularidade de cada aluno. Além disso, a reflexão proposta pretende contribuir para o fortalecimento da formação docente crítica, capaz de transformar o olhar sobre a diversidade nas salas de aula.

Assim, este estudo busca oferecer subsídios para a construção de novas práticas pedagógicas que respeitem as trajetórias individuais dos estudantes e promovam uma inclusão efetiva, que vá além do reconhecimento formal do direito à escolarização. A pesquisa se insere no esforço de impulsionar transformações na cultura escolar, incentivando a adoção de estratégias pedagógicas que acolham as diferenças como elemento estruturante da aprendizagem.

Ao se tornar requisito informal para acesso a recursos e adaptações, o laudo médico vem sendo ressignificado no espaço escolar, não mais apenas como instrumento de garantia de direitos, mas também como dispositivo que condiciona intervenções pedagógicas. Essa lógica, muitas vezes naturalizada, tensiona os princípios da educação inclusiva, pois desloca o foco da escuta pedagógica para uma dependência crescente de validações clínicas. Dados recentes reforçam a relevância dessa discussão. De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica, observou-se um crescimento expressivo de matrículas de alunos com Transtorno do Espectro

Autista (TEA) entre 2023 e 2024, com um aumento de 44,4%, passando de 636.202 para 918.877 estudantes.

Esse crescimento impacta diretamente o número total de alunos atendidos pela Educação Especial, com destaque para os anos iniciais do ensino fundamental, que concentram 739.848 estudantes, e para a educação infantil, com 376.383.<sup>1</sup> Tais números evidenciam a ampliação da demanda por práticas pedagógicas adaptadas e pela presença constante dos laudos médicos no cotidiano escolar.

Paralelamente, o aumento do uso de psicofármacos na infância também merece atenção. Voltolini (2024) observa que, entre 2005 e 2010, a procura por metilfenidato cresceu 1400%, evidenciando a correlação direta entre diagnósticos como o TDAH e a medicalização de comportamentos infantis. Rocha *et al.* (2024) reforçam esse panorama ao apontar a elevada prevalência de medicamentos psicotrópicos entre crianças em fase escolar, como antipsicóticos, ansiolíticos e estimulantes, cujos efeitos podem comprometer o desenvolvimento integral dos estudantes quando utilizados de forma descontextualizada.

Outro dado preocupante refere-se ao crescimento dos encaminhamentos escolares para avaliação médica. Segundo Santos e Toassa (2021), esses encaminhamentos ocorrem majoritariamente em razão de dificuldades de aprendizagem, problemas comportamentais ou situações que desafiam classificações diagnósticas tradicionais.

Essa tendência revela a tentativa de deslocar para o campo da saúde responsabilidades relacionadas ao processo educacional, frequentemente utilizadas como estratégia para justificar medidas como o uso de salas de reforço, conforme apontado pelas autoras. A título ilustrativo, elas destacam que "os encaminhamentos tendem a ser considerados como fonte de alívio para os agentes envolvidos nesse processo, além de prover, por meio de laudos, um respaldo legal para algumas medidas escolares" (Santos; Toassa, 2024, p. 62).

Diante desse contexto, torna-se evidente a urgência de promover uma reflexão crítica sobre o uso dos laudos médicos no ambiente escolar, questionando os efeitos de sua apropriação acrítica sobre o planejamento pedagógico, o processo de ensino-

---

<sup>1</sup> BRASIL. Crescem matrículas de alunos com transtorno do espectro autista. Portal Gov.br, Brasília, 09 abr. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/04/crescem-matriculas-de-alunos-com-transtorno-do-espectro-autista#:~:text=Na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20b%C3%A1sica%2C%20as%20matr%C3%ADculas,636.202%20para%20918.877%20nesse%20per%C3%ADodo>. Acesso em: 12 jun. 2025.

aprendizagem e a efetivação de uma inclusão que vá além da formalidade dos diagnósticos. Esta pesquisa, portanto, pretende contribuir com subsídios que fortaleçam práticas educativas comprometidas com a diversidade, a equidade e o respeito à singularidade dos sujeitos.

## **2 DIAGNÓSTICOS E DEMANDAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: A ESCOLA NO ENCONTRO COM O SABER MÉDICO**

Este capítulo desenvolve uma reflexão sobre o papel assumido pelos diagnósticos médicos na Educação Especial e suas consequências para a dinâmica pedagógica. A escola, ao estabelecer vínculos cada vez mais estreitos com o saber médico, tem incorporado os laudos como elementos centrais na organização do ensino, o que impacta diretamente a autonomia docente e o reconhecimento das singularidades dos estudantes.

Aborda-se, também, o modo como esses documentos passaram a ser exigidos como critério para o acesso a recursos e adaptações, o que favorece a medicalização de situações escolares. Tal prática tende a simplificar as dificuldades de aprendizagem, desconsiderando os aspectos sociais, culturais e institucionais envolvidos, e contribuindo para a rotulação dos alunos.

Por fim, o capítulo ressalta a necessidade de uma formação crítica dos professores, capaz de promover práticas pedagógicas que superem a dependência dos diagnósticos clínicos. Defende-se uma abordagem que valorize a diversidade e reconheça o estudante em sua totalidade, criando condições reais para uma inclusão efetiva no ambiente escolar.

### **2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL E A CIRCULAÇÃO DOS LAUDOS MÉDICOS NO ESPAÇO ESCOLAR**

A educação especial, a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), promulgada em 2008, torna-se transversal a todos os níveis de ensino, assim como define o público-alvo da educação especial: pessoas com deficiência, com Transtorno do Espectro Autista e com altas habilidades/superdotação. A Política também define o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como complementar e/ou suplementar ao ensino regular.

Embora a legislação brasileira garanta o acesso ao AEE sem a exigência de laudo médico, é comum que as escolas condicionem esse atendimento à apresentação de diagnósticos clínicos. Essa prática contraria a Nota Técnica nº 04/2014, a qual esclarece que o AEE é um serviço de natureza pedagógica, e que a ausência de laudo não pode impedir o acesso do estudante à educação inclusiva. O

documento ressalta ainda que a exigência do diagnóstico pode representar uma barreira institucional e configurar discriminação no ambiente escolar (Brasil, 2014).

Além disso, observa-se na prática escolar uma contradição relativa à exigência desse documento como condição para a concessão de adaptações e recursos. Essa realidade contribui para consolidar um processo de "inclusão-exclusão", no qual o laudo, ao invés de ser um apoio para o desenvolvimento pedagógico, acaba por limitar as possibilidades educacionais do estudante e reforçar sua rotulação (Fontenele *et al.*, 2023).

A educação especial passou por transformações significativas ao longo das últimas décadas, impulsionadas por políticas públicas que ampliaram o acesso de estudantes com deficiência às escolas regulares (Rocha, 2021; Wuo; Paganelli, 2022). Esse processo revelou mudanças na forma como a escola lida com as diferenças, embora práticas excludentes ainda se mantenham, muitas vezes ressignificadas. Historicamente, a escola recorreu a categorias como idiotia, demência e excepcionalidade para nomear crianças que não se enquadravam em padrões esperados, evidenciando uma tradição de classificação que atravessa o tempo (Christmann; Pavão, 2018).

Com a emergência contemporânea dos diagnósticos clínicos e a institucionalização de políticas de inclusão, configura-se um novo cenário em que o laudo médico adquire centralidade na prática escolar, reforçando lógicas medicalizantes presentes no cotidiano educativo (Fontenele *et al.*, 2023). Mais do que efeito direto das políticas públicas de inclusão, esse movimento parece estar relacionado à forma como tais políticas vêm sendo interpretadas e operacionalizadas no contexto escolar, atribuindo ao laudo uma função central na efetivação dos processos inclusivos, o que, por vezes, reforça práticas de patologização (Christmann; Pavão, 2018).

Embora inicialmente concebidos para apoiar práticas pedagógicas que respeitassem a diversidade dos estudantes, com o tempo, esses documentos passaram a assumir um papel centralizador, frequentemente limitando a atuação docente e categorizando os alunos a partir de seus diagnósticos (Fontenele *et al.*, 2023).

Nesse contexto, conforme destaca Rocha (2021, p. 03):

Desde a década de 1990, registram-se progressos significativos, especialmente no campo legislativo, na definição de normas, no financiamento de políticas públicas e, de maneira destacada, na ampliação do acesso do público-alvo da Educação Especial (PAEE) às escolas regulares, com o número de matrículas mais que quadruplicado em dez anos. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) estabeleceu diretrizes para estados e municípios, buscando assegurar o direito de todos à educação comum e estruturando sistemas educacionais inclusivos, centrados em estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Posteriormente, legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial de 2001 ampliaram a obrigatoriedade da inclusão de estudantes nas escolas regulares. Esse marco normativo reafirmou o compromisso com uma educação que respeite e atenda às singularidades de cada aluno, sendo os laudos médicos frequentemente utilizados como referência para a definição de práticas pedagógicas diferenciadas, embora tal exigência não esteja formalmente prevista nesses documentos (Wuo; Paganelli, 2022).

Em 1997, a criação do Serviço de Avaliação Diagnóstica da Educação Especial (Sadem) no município de Manaus marcou a formalização de procedimentos de avaliação, integrando as redes de ensino especial e regular. Esse modelo permitiu que as avaliações médicas fossem articuladas com as práticas pedagógicas, contribuindo para a identificação das necessidades educacionais de forma mais organizada (Vinente; Galvani, 2021).

As percepções docentes sobre a importância do laudo médico também passaram a ser discutidas na literatura recente, revelando que muitos professores consideram o diagnóstico indispensável para a implementação de práticas inclusivas, especialmente no âmbito das Salas de Recursos Multifuncionais (Santos *et al.*, 2023).

Ao longo dos anos 2000, novas políticas públicas reforçaram o compromisso com a inclusão, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2007, e a Lei Brasileira de Inclusão de 2015. Tais marcos promoveram avanços na garantia de permanência e sucesso acadêmico para estudantes com deficiência, mas suscitam questionamentos sobre até que ponto o modelo adotado pela educação especial contribuiu para situar o laudo médico como ferramenta imprescindível à inclusão, possivelmente reforçando processos de psicopatologização no contexto escolar (Wuo; Paganelli, 2022).

## 2.2 O LAUDO MÉDICO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO: A CENTRALIDADE DO DIAGNÓSTICO NO OLHAR SOBRE O ALUNO

A crescente circulação dos laudos médicos nas instituições escolares levanta questionamentos sobre o lugar que esses documentos passaram a ocupar no campo da Educação Especial. Embora sejam apresentados como instrumentos de apoio à adaptação curricular, observa-se que, na prática, a presença do laudo tem sido cada vez mais associada à legitimidade das intervenções pedagógicas. Isso nos convida a refletir se a atuação docente está sendo conduzida por princípios pedagógicos ou se tem se apoiado, de forma crescente, em classificações clínicas como condição para atender às demandas educacionais (Christmann; Pavão, 2018).

Além disso, é necessário indagar como a presença constante de termos técnicos e diagnósticos — como Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou Transtorno Opositor Desafiador (TOD) — no cotidiano escolar tem influenciado a forma como os estudantes são percebidos e abordados pedagogicamente. Estaria a escola, ainda que de modo não intencional, reforçando processos de rotulação ao priorizar a linguagem médica em detrimento da escuta pedagógica? Ao invés de ampliar possibilidades, o uso indiscriminado dos laudos pode reduzir a complexidade dos sujeitos à sua condição clínica, comprometendo o compromisso com uma educação inclusiva que valorize a singularidade de cada estudante (Lopes *et al.*, 2022).

A compreensão contemporânea da avaliação diagnóstica vem se ampliando, buscando superar a abordagem puramente clínica para incluir fatores sociais e educacionais que influenciam a aprendizagem. Essa perspectiva aponta para a necessidade de diagnósticos que considerem o aluno de forma integral, respeitando suas particularidades (Mello; Moll, 2020).

Paralelamente, autores como Görgens e Andrade (2018) defendem que a formação continuada dos professores é essencial para que a diversidade seja compreendida como elemento natural da prática pedagógica, e não como algo patológico a ser corrigido através de laudos médicos.

Esse novo entendimento implica a necessidade de revisar práticas escolares que, historicamente, se basearam apenas no diagnóstico médico para a definição das estratégias pedagógicas. A visão integrada propõe que se considerem as

potencialidades dos alunos e os obstáculos existentes no ambiente escolar, não apenas a condição de deficiência (Rocha *et al.*, 2021).

Portanto, a trajetória histórica do uso dos laudos na educação especial reflete tanto avanços quanto desafios. A relação entre diagnóstico e inclusão permanece em construção, exigindo a contínua adaptação das políticas públicas e das práticas educativas para promover uma educação verdadeiramente inclusiva e que respeite a diversidade (Fontenele *et al.*, 2023).

O papel atribuído ao laudo médico precisa ser ressignificado, de modo a deixar de ser visto como uma ferramenta de exclusão e se consolidar como recurso de apoio à aprendizagem, permitindo que todos os estudantes desenvolvam seu potencial em um ambiente escolar inclusivo (Santos *et al.*, 2023).

Consolidar uma educação inclusiva efetiva exige ouvir as experiências de educadores, alunos e suas famílias, reconhecendo suas demandas e construindo práticas educativas sensíveis às diversas realidades. Somente a partir desse movimento será possível garantir que a inclusão vá além da matrícula, proporcionando oportunidades reais de aprendizagem para todos (Wuo; Paganelli, 2022).

A institucionalização dos laudos médicos no contexto escolar, inicialmente concebida para assegurar direitos educacionais, passou a apresentar contradições frente ao ideal de inclusão. A crescente demanda por diagnósticos para fins escolares, motivada tanto por famílias quanto pelas instituições de ensino, revelou um processo de medicalização no qual as dificuldades pedagógicas começaram a ser vistas exclusivamente sob a perspectiva clínica (Fontenele *et al.*, 2023).

Diante dessa realidade, torna-se indispensável uma avaliação educacional mais abrangente, reconhecendo que nem todos os obstáculos na aprendizagem estão vinculados a transtornos ou deficiências. Aspectos sociais, culturais e econômicos impactam diretamente o desempenho escolar, exigindo intervenções pedagógicas específicas, sem necessariamente recorrer à rotulação médica (Mello; Moll, 2020).

A formação continuada dos professores desponta como aspecto crucial para romper com essa visão reducionista. É imprescindível investir em capacitações que valorizem práticas pedagógicas inclusivas e reforcem o entendimento da diversidade como componente natural do ambiente escolar, afastando a ideia de que o laudo determina o percurso educativo do estudante (Görgens; Andrade, 2018).

Além disso, limitar o uso dos laudos médicos apenas para assegurar adaptações pedagógicas pode resultar em práticas homogêneas, desconsiderando as

especificidades individuais dos alunos. A efetivação da educação inclusiva requer propostas pedagógicas que respeitem as diferenças e que não sejam guiadas exclusivamente pela existência ou ausência de um diagnóstico formal (Santos *et al.*, 2023).

Estudos recentes indicam que a construção de práticas inclusivas está mais relacionada à postura acolhedora do educador do que à dependência de laudos médicos. Nesse sentido, o laudo deve ser interpretado como um apoio dentro de uma abordagem pedagógica mais ampla, que priorize o pleno desenvolvimento do estudante, acima de classificações clínicas (Fontenele *et al.*, 2023).

A análise histórica da utilização dos laudos médicos na Educação Especial reforça a necessidade de ressignificar sua função no ambiente escolar. Ainda que avanços tenham sido registrados, permanece urgente a adoção de práticas educativas que superem a lógica da normatização, centrando-se no reconhecimento das potencialidades e na valorização da diversidade dos estudantes (Rocha *et al.*, 2021).

### 2.3 MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: ENTRE NORMATIZAÇÃO E EXCLUSÃO

A medicalização no contexto escolar sustenta a concepção de que dificuldades de aprendizagem constituem patologias que devem ser diagnosticadas e tratadas clinicamente. Moysés e Collares (2013) destacam que a medicina passou a ditar normas sobre o que é considerado normal ou patológico, estabelecendo padrões rígidos e deterministas. Nesse cenário, estudantes que não se enquadram em padrões normativos são rotulados, desconsiderando-se a diversidade humana e os fatores sociais que influenciam o processo educativo.

O aprofundamento da medicalização nas escolas, conforme apontam Lopes *et al.* (2022), está associado à patologização de comportamentos que, muitas vezes, têm origens sociais ou educacionais. A busca por soluções medicamentosas para questões complexas revela uma tendência de controle e ajuste comportamental, marginalizando as singularidades dos estudantes em favor da produtividade e da adequação a normas escolares.

Beltrame *et al.* (2019) ressaltam que crianças que não se adaptam aos padrões estabelecidos acabam se tornando alvos de intervenções médicas e psicológicas. Esse processo gera estigmas que afetam profundamente a autoimagem e as relações

sociais dos estudantes, perpetuando a marginalização daqueles que manifestam formas alternativas de aprendizagem ou comportamento.

A rotulação excessiva de estudantes com dificuldades de aprendizagem, como no caso do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), é amplamente discutida por Preusset *et al.* (2023). Segundo os autores, esses diagnósticos não apenas estigmatizam, mas também deslocam a atenção dos fatores sociais e pedagógicos que podem contribuir para os desafios enfrentados pelos alunos.

Hashizume (2019) complementa essa discussão ao demonstrar que a ampliação dos diagnósticos de TDAH reflete uma tendência à patologização de comportamentos típicos da infância. Tal prática reforça uma narrativa medicalizante que contribui para a naturalização de intervenções medicamentosas, muitas vezes negligenciando aspectos pedagógicos e socioemocionais relevantes para o processo de aprendizagem.

A pesquisa de Coelho e Sousa (2022) alerta para o aumento da prescrição de psicofármacos em crianças dentro do ambiente escolar, evidenciando um paradigma de medicalização que insiste em patologizar comportamentos divergentes. Essa tendência impede a reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e sobre as condições socioeconômicas que também impactam o desempenho escolar.

Além disso, Alves *et al.* (2021) discutem como a medicalização transforma o ambiente escolar em um espaço clínico, onde estudantes são submetidos a intervenções voltadas mais para o controle de comportamentos do que para o fomento ao aprendizado. Essa dinâmica compromete a função social da escola, restringindo seu papel como promotora de inclusão e desenvolvimento humano.

O estudo de Possamaiet *et al.* (2024) destaca que a medicalização não apenas cria estigmas durante a vida escolar, mas também influencia a trajetória futura dos alunos. A rotulação precoce pode limitar expectativas sociais, afetar a autoestima e restringir oportunidades acadêmicas e profissionais, perpetuando ciclos de exclusão e desigualdade.

Calado e Campos (2018) reforçam a necessidade de formar professores conscientes das implicações da medicalização na educação. A formação docente deve incluir a capacidade crítica de compreender os fatores sociais, culturais e psicológicos envolvidos nas dificuldades escolares, promovendo alternativas pedagógicas que respeitem a diversidade dos estudantes.

Lima e Santos (2021) apontam que a medicalização evidencia as deficiências do sistema educacional, que, ao priorizar soluções rápidas, negligencia abordagens pedagógicas mais complexas e inclusivas. A luta contra a medicalização passa, portanto, pela reformulação das práticas educacionais e pelo fortalecimento de uma cultura escolar que reconheça e valorize a pluralidade humana.

### **3 O PROFESSOR E SEU SABER DIANTE DO ATRAVESSAMENTO DO SABER MÉDICO NA EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE E O PODER DO DIAGNÓSTICO NO CONTEXTO ESCOLAR**

O presente capítulo propõe uma análise sobre a forma como os saberes médicos têm atravessado o fazer docente, especialmente no que se refere ao uso de diagnósticos como ponto de partida para decisões pedagógicas. A centralidade atribuída aos laudos clínicos vem influenciando a maneira como professores planejam suas intervenções, muitas vezes subordinando a diversidade dos processos de aprendizagem às categorias diagnósticas previamente estabelecidas.

Também são problematizadas as implicações dessa lógica para o cotidiano escolar, considerando os efeitos da demanda por diagnósticos sobre a percepção docente, o vínculo com os alunos e a organização das práticas inclusivas. O capítulo aponta para a necessidade de reafirmar o papel pedagógico do professor, defendendo uma atuação que reconheça as singularidades dos estudantes para além das classificações clínicas e que valorize a escuta, a observação e a experiência no contexto educativo.

#### **3.1 DO SABER MÉDICO AO SABER PEDAGÓGICO: A VALORIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO E O POSSÍVEL ESVAZIAMENTO DA AÇÃO DOCENTE**

A priorização do diagnóstico médico no planejamento pedagógico, em vez de impulsionar práticas inclusivas, frequentemente restringe as possibilidades de intervenção educativa. Quando o professor se orienta predominantemente pelo laudo, reduz a complexidade da aprendizagem à deficiência apontada, desconsiderando a individualidade de cada estudante e afastando-se da proposta de um ensino adaptado às diferentes necessidades (Christmann; Pavão, 2018).

Nesse contexto, torna-se fundamental que a avaliação diagnóstica seja interpretada como ferramenta de apoio ao desenvolvimento pleno dos alunos, e não como mecanismo de exclusão. A prática docente, sobretudo no âmbito da Educação Especial, precisa articular o diagnóstico a uma perspectiva que favoreça a autonomia e a construção do conhecimento, respeitando os processos de aprendizagem individuais (Lottermann *et al.*, 2020).

Por outro lado, quando adequadamente integrada ao planejamento educacional, a utilização crítica dos laudos possibilita a construção de metodologias que ampliam o acesso à aprendizagem. Práticas pedagógicas inovadoras e metodologias ativas permitem que o diagnóstico funcione como orientação para a promoção de estratégias educativas que respeitem a diversidade dos estudantes (Santos; Yamaguchi, 2021).

Nesse sentido, a formação contínua de professores deve enfatizar a importância de compreender o diagnóstico como subsídio para práticas pedagógicas inclusivas. Capacitar o docente para que reconheça as potencialidades dos estudantes, sem limitar sua atuação às informações contidas no laudo, é essencial para garantir uma abordagem pedagógica sensível à diversidade (Ferreira *et al.*, 2021).

Ademais, torna-se relevante refletir sobre a influência das políticas públicas na utilização dos diagnósticos no cotidiano escolar. As iniciativas de pesquisa colaborativa e os programas de formação docente representam alternativas viáveis para que a prática pedagógica ultrapasse o uso mecânico dos laudos e se oriente por uma educação efetivamente inclusiva (Santos *et al.*, 2023).

Constata-se, por fim, que a construção de práticas inclusivas requer a superação de leituras reducionistas dos diagnósticos. Reconhecer o aluno em sua totalidade, considerando suas competências, interesses e contextos de vida, é indispensável para a efetivação de práticas pedagógicas que respeitem a singularidade e promovam o desenvolvimento integral de todos (Lima; Silva, 2019).

A análise da prática docente revela que o uso inadequado dos diagnósticos tende a reduzir a percepção sobre o estudante às informações clínicas, limitando a compreensão de suas capacidades. Essa abordagem restritiva, centrada nas deficiências descritas nos laudos, dificulta a valorização das potencialidades e dos interesses individuais, prejudicando a efetivação de práticas inclusivas na escola (Christmann; Pavão, 2018).

Quando o diagnóstico é colocado como principal referência para a ação pedagógica, a singularidade do estudante é, muitas vezes, desconsiderada. A interpretação acrítica dos laudos favorece uma padronização das intervenções, ignorando as diferenças nos estilos e ritmos de aprendizagem que caracterizam a diversidade no contexto educacional (Lottermann *et al.*, 2020).

Embora o diagnóstico forneça subsídios relevantes, sua utilização como instrumento exclusivo compromete a flexibilidade necessária ao planejamento pedagógico. Um uso crítico e reflexivo do laudo permite que o professor desenvolva estratégias de ensino que respeitem a autonomia dos estudantes e favoreçam sua participação ativa no processo de aprendizagem (Santos; Yamaguchi, 2021).

Nesse sentido, destaca-se a importância da formação inicial e continuada dos docentes, visando prepará-los para utilizar o diagnóstico como apoio e não como fator limitador. A implementação de práticas pedagógicas que valorizem a heterogeneidade dos alunos contribui para superar a medicalização das dificuldades escolares (Ferreira *et al.*, 2021).

As políticas públicas também influenciam diretamente esse cenário, especialmente quando associam a concessão de recursos pedagógicos à apresentação de diagnósticos médicos. A promoção de pesquisas colaborativas e programas de formação reflexiva surge como alternativa para fortalecer práticas inclusivas, que respeitem a complexidade do processo educativo (Santos *et al.*, 2023).

Interpretar criticamente as informações contidas nos laudos, em articulação com o conhecimento pedagógico do professor, amplia o potencial de intervenção nas dificuldades de aprendizagem. Dessa maneira, o planejamento escolar pode ser orientado para desenvolver as competências dos estudantes, superando a visão determinista de suas limitações (Lima; Silva, 2019).

É importante salientar que a dependência acrítica do diagnóstico pode levar à redução das expectativas em relação aos estudantes, limitando seu desenvolvimento pleno. Para evitar essa armadilha, é necessário que o professor reconheça e valorize a singularidade de cada aluno, independentemente das classificações médicas (Christmann; Pavão, 2018).

Promover práticas pedagógicas que evidenciem as potencialidades dos estudantes é essencial para a construção de ambientes escolares inclusivos. Ao substituir o foco nas deficiências pelas possibilidades de aprendizagem, o educador contribui para a criação de espaços mais abertos, flexíveis e democráticos (Lottermann *et al.*, 2020).

Pesquisas indicam que metodologias ativas, que estimulam a participação e a autonomia dos estudantes, são eficazes na superação dos efeitos limitadores do uso acrítico dos diagnósticos. Essas abordagens ampliam as oportunidades de

aprendizagem para todos, considerando suas diferenças e potencialidades (Santos; Yamaguchi, 2021).

Consolidar práticas pedagógicas críticas, que integrem as informações provenientes dos laudos sem reduzir o estudante a suas limitações, é um desafio contínuo. A educação inclusiva deve ser entendida como um processo em constante transformação, que respeita a pluralidade dos sujeitos e promove seu desenvolvimento integral (Ferreira *et al.*, 2021).

### 3.2 ENCAMINHAMENTOS ESCOLARES: DA SALA DE AULA À AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

O encaminhamento de estudantes para avaliação clínica frequentemente parte de dificuldades identificadas no processo de aprendizagem, muitas vezes sem o suporte de uma avaliação pedagógica consistente. Em vez de recorrer à observação didática e à escuta qualificada, é comum que se busque um diagnóstico médico como forma de justificar o baixo rendimento ou a necessidade de adaptações (Fontenele *et al.*, 2023). Esse movimento revela uma tendência crescente à patologização, em que a escola passa a procurar um nome clínico para comportamentos que antes eram interpretados pedagogicamente.

Nesse cenário, a autoridade sobre o estudante parece deslocar-se do professor para o especialista médico, o que levanta questionamentos sobre o lugar do saber docente no processo educativo. Será que o diagnóstico é, de fato, indispensável para o planejamento pedagógico? Ou ele acaba reforçando uma lógica de dependência que desvaloriza a experiência do educador? A atuação integrada entre escola, família e profissionais de apoio continua sendo relevante, desde que não se resuma à legitimação de um olhar clínico sobre o aluno (Sampaio *et al.*, 2018).

O envolvimento das famílias é fundamental, sobretudo em casos de condições como o TDAH, pois oferece suporte emocional e reforça a rede de apoio necessária para o enfrentamento das dificuldades escolares (Cheffer *et al.*, 2023). Além disso, práticas avaliativas sistematizadas vêm sendo implementadas em algumas redes municipais, favorecendo decisões mais fundamentadas sobre os encaminhamentos. Instrumentos como observações, entrevistas e questionários contribuem para análises mais contextualizadas das necessidades dos estudantes (Justus; Brandalise, 2020).

A utilização de tecnologias para acompanhamento de dados fortalece o trabalho conjunto entre professores e famílias, permitindo intervenções mais eficazes (Justus; Brandalise, 2020). Contudo, a formação do professor permanece como um ponto-chave: capacitações que abordem as necessidades educacionais específicas e os limites do diagnóstico clínico devem ser mais bem articuladas às realidades escolares.

Programas como os desenvolvidos em institutos federais, por meio dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), embora localizados em um contexto específico da educação profissional e tecnológica, servem como exemplo de iniciativas voltadas à inclusão e à formação crítica dos docentes (Yanaga; Coimbra, 2022).

Abordagens avaliativas que considerem o desenvolvimento integral dos estudantes, como o uso de rubricas, ampliam a compreensão das capacidades sociais, cognitivas e emocionais, evitando que decisões pedagógicas se baseiem apenas em classificações médicas (Rodrigues *et al.*, 2023). A construção de uma cultura escolar acolhedora, pautada em escuta, diálogo e clareza nos procedimentos, é essencial para que encaminhamentos sejam realizados de maneira ética, respeitosa e centrada nas reais necessidades dos alunos (Yanaga; Coimbra, 2022).

### 3.3 PARA ALÉM DO DIAGNÓSTICO: O PROCESSO DE APRENDIZAGEM COMO ORIENTADOR DA PRÁTICA DOCENTE

A percepção docente sobre a aprendizagem de alunos com laudos frequentemente é moldada a partir do diagnóstico recebido, o que reforça estereótipos e limita a construção de expectativas positivas em relação às possibilidades de desenvolvimento dos estudantes. A redução do olhar pedagógico à deficiência diagnosticada negligencia a diversidade de ritmos e formas de aprendizagem, prejudicando a implementação de práticas inclusivas que considerem a individualidade de cada aluno (Teixeira *et al.*, 2022).

A pesquisa de Teixeira *et al.* (2022) evidencia que muitos estudantes, conscientes dos estigmas associados às suas condições, tentam ocultar suas dificuldades para evitar julgamentos. Esse esforço, embora compreensível, pode resultar em comportamentos que agravam sua vulnerabilidade e impactam negativamente seus resultados acadêmicos. Diante disso, o papel do professor em

criar ambientes de acolhimento e respeito torna-se essencial para promover o desenvolvimento pleno desses estudantes (Teixeira *et al.*, 2022).

No estudo de Castro e Vilela-Ribeiro, verifica-se que as concepções docentes frequentemente são permeadas por discursos médicos que patologizam as dificuldades de aprendizagem. Tal influência gera um ciclo de estigmatização, afetando não apenas a autoestima dos estudantes, mas também a maneira como os educadores planejam e executam suas práticas pedagógicas, consolidando barreiras à inclusão escolar (Castro; Vilela-Ribeiro, 2022).

Ainda nesse cenário, Calixto *et al.* (2020) demonstram que as crenças pessoais dos docentes sobre a aprendizagem de alunos com necessidades específicas exercem impacto direto nas práticas educativas. Embora o foco da pesquisa seja a educação bilíngue para surdos, os achados revelam que a articulação entre percepções e práticas pode tanto favorecer quanto dificultar processos inclusivos, dependendo da postura crítica ou estigmatizante adotada pelos professores (Calixto *et al.*, 2020).

A relação estabelecida entre professor e aluno é determinante para o sucesso escolar dos estudantes com laudos, conforme destaca Vieira-Santos *et al.* (2019) A qualidade dessa interação, caracterizada pelo suporte emocional e social, contribui significativamente para que esses estudantes superem as barreiras impostas por suas condições e se sintam motivados a participar ativamente das atividades escolares (Vieira-Santos *et al.*, 2019).

A pesquisa realizada por Garcia *et al.* (2023) durante o Ensino Remoto Emergencial evidencia que a adaptação de metodologias pode transformar positivamente a percepção docente sobre a capacidade dos alunos. Mesmo em situações adversas, muitos estudantes demonstraram autonomia e resiliência, revelando potencialidades que, muitas vezes, não são imediatamente visíveis em contextos tradicionais de ensino (Garcia *et al.*, 2023).

Ao refletir sobre essas experiências, torna-se claro que uma prática pedagógica inclusiva requer do docente a capacidade de rever continuamente suas próprias concepções e métodos. A análise de Garcia *et al.* (2023) aponta que reconhecer o potencial dos estudantes, independentemente de diagnósticos formais, é fundamental para criar espaços educativos mais equitativos e estimulantes (Garcia *et al.*, 2023).

Ainda no contexto da formação docente para a inclusão, a pesquisa de Matos e Ribas reforça a importância de avaliar constantemente as estratégias pedagógicas

adotadas. Essa revisão contínua possibilita ajustes que atendam às demandas específicas dos alunos com laudos, evitando práticas que reforcem estigmas e permitindo a construção de ambientes educativos mais abertos e receptivos (Matos; Ribas, 2023).

Considerando as evidências apresentadas, fica evidente que o sucesso na aprendizagem de alunos com laudos depende, em grande medida, da postura crítica dos docentes frente aos diagnósticos recebidos. Interpretar os laudos como ferramentas de apoio e não como sentenças limitadoras é condição essencial para promover o desenvolvimento integral desses estudantes (Teixeira *et al.*, 2022).

Assim, conclui-se que a percepção docente deve ultrapassar a visão patologizante para que práticas pedagógicas mais inclusivas sejam efetivamente implementadas. O desafio está em equilibrar a atenção às necessidades específicas dos alunos com a valorização de suas potencialidades, promovendo uma educação que respeite a diversidade e incentive a participação ativa de todos (Vieira-Santos *et al.*, 2019).

A adoção de um olhar pedagógico que vá além do diagnóstico médico oportuniza a criação de práticas que reconheçam e valorizem as trajetórias e potencialidades dos estudantes. Nessa perspectiva, o estudo de Teixeira *et al.* (2022) destaca que o desenvolvimento de espaços inclusivos depende diretamente da capacidade dos professores em estabelecer relações de confiança, rompendo com a redução do aluno à sua condição clínica e estimulando seu protagonismo educacional.

A análise apresentada por Castro e Vilela-Ribeiro (2022) confirma que práticas fundamentadas unicamente em diagnósticos tendem a reforçar estigmas e reduzir as expectativas docentes em relação aos estudantes. Tal abordagem limita a flexibilidade no planejamento educacional e restringe o reconhecimento da multiplicidade de formas de aprender presentes no cotidiano escolar, impactando negativamente a inclusão.

Nesse contexto, Calixto *et al.* (2020) ressaltam que as crenças pessoais dos professores, especialmente quando influenciadas por visões médicas sobre dificuldades de aprendizagem, exercem papel central na forma como os estudantes são integrados ao processo educativo. A construção de práticas pedagógicas inclusivas exige, portanto, uma constante revisão crítica das representações que os docentes constroem acerca dos alunos.

O estudo de Vieira-Santos *et al.* (2019) evidencia que a percepção positiva do professor sobre as capacidades dos estudantes com laudos é determinante para a qualidade da interação pedagógica. Professores que valorizam as potencialidades dos alunos criam ambientes seguros e acolhedores, favorecendo não apenas o desempenho acadêmico, mas também o fortalecimento da autoestima dos estudantes.

Durante o período de ensino remoto, a pesquisa conduzida por Garcia *et al.* (2023) demonstrou que a adaptação de práticas pedagógicas promoveu uma renovação no olhar docente sobre a autonomia dos alunos. Mesmo diante dos desafios impostos pela pandemia, os estudantes foram capazes de desenvolver habilidades de autogestão e iniciativa, contestando expectativas limitadas baseadas em diagnósticos prévios.

A reformulação das metodologias de ensino, como relatado por Garcia *et al.* (2023), impulsionou uma maior valorização dos aspectos emocionais e sociais dos estudantes no processo de aprendizagem. A prática pedagógica que reconhece essas dimensões, sem se restringir às informações clínicas do laudo, favorece a criação de ambientes mais acolhedores e promotores do desenvolvimento integral.

De maneira complementar, Matos e Ribas (2023) enfatizam a importância da atuação do professor como mediador atento às diversas dimensões que compõem o processo educativo de alunos com laudos. A revisão constante das práticas adotadas é necessária para que as estratégias pedagógicas atendam às reais necessidades dos estudantes, superando visões reducionistas e estigmatizantes.

A superação das concepções estereotipadas, como defendem Matos e Ribas (2023), demanda a implementação de práticas pedagógicas alicerçadas na escuta ativa, na empatia e na valorização do percurso individual de cada estudante. Essa postura amplia as possibilidades de inclusão e possibilita a identificação de potencialidades muitas vezes ocultas pela centralidade atribuída ao diagnóstico.

Conforme destacado por Teixeira *et al.* (2022), o avanço na construção de práticas inclusivas exige que o professor esteja atento às sutilezas do cotidiano escolar, buscando compreender as necessidades específicas de apoio e incentivo manifestadas pelos estudantes. Esse tipo de sensibilidade pedagógica fortalece os vínculos de confiança e torna a aprendizagem mais significativa.

Dessa forma, consolidar práticas educativas verdadeiramente inclusivas pressupõe, como indicam Vieira-Santos *et al.* (2019), a desconstrução de concepções

rígidas sobre deficiência. A escola passa a ser concebida como espaço de reconhecimento da diversidade e de promoção das múltiplas habilidades dos estudantes, permitindo o desenvolvimento de um ensino mais democrático e efetivamente inclusivo.

#### **4 CAMINHOS METODOLÓGICOS DO PLANO DE AÇÃO**

O presente estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, uma vez que busca compreender, a partir da percepção dos professores, as implicações do uso dos laudos médicos no processo de inclusão escolar. Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, pois objetiva contribuir para a prática pedagógica, oferecendo subsídios que possam transformar a realidade educativa no contexto da educação inclusiva. O objetivo da investigação é descritivo e exploratório, considerando que pretende identificar e analisar a percepção dos docentes quanto ao impacto dos diagnósticos médicos em suas práticas e na dinâmica da sala de aula.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionários, elaborados especificamente para esta pesquisa. Esses instrumentos contemplaram questões abertas, abrangendo aspectos como o conhecimento dos docentes acerca dos laudos médicos, a forma de acesso a esses documentos, o suporte recebido após o conhecimento do diagnóstico e as estratégias pedagógicas desenvolvidas diante das necessidades identificadas.

A pesquisa respeitou rigorosamente os princípios éticos, sendo assegurado aos participantes o direito à informação e à confidencialidade de suas respostas. Para isso, foi elaborado e aplicado o Termo de Consentimento para todos os docentes envolvidos, garantindo que sua participação fosse voluntária e consciente.

O tratamento dos dados coletados foi realizado por meio da análise de conteúdo, buscando identificar categorias temáticas emergentes a partir das respostas dos participantes. A interpretação dos resultados foi fundamentada nos referenciais teóricos que nortearam a pesquisa, possibilitando uma reflexão crítica sobre a utilização dos laudos médicos e seus impactos no cotidiano escolar. Para reforçar a discussão, também foi realizada uma pesquisa bibliográfica, consultando artigos científicos, livros e documentos oficiais que abordam a temática da medicalização da educação e da inclusão escolar.

Assim, a metodologia proposta buscou não apenas descrever as práticas vigentes, mas também problematizar os processos e levantar caminhos possíveis para o aprimoramento das estratégias pedagógicas voltadas à inclusão. Dessa forma, pretende-se contribuir para a construção de uma prática educativa que reconheça e valorize a singularidade de cada estudante, para além dos rótulos e limitações impostos por diagnósticos clínicos.

#### 4.1 PARTICIPANTES

A Tabela 1 apresenta os participantes da pesquisa, selecionados entre docentes da rede municipal que atuam no ensino fundamental e têm contato com estudantes com laudos diagnósticos. A escolha levou em consideração a diversidade de formações, tempos de experiência e níveis de ensino atendidos, com o objetivo de contemplar diferentes perspectivas sobre a inclusão escolar. A participação de um professor da área de Educação Física foi considerada pertinente, dado seu envolvimento cotidiano com os alunos e sua contribuição para o desenvolvimento de práticas educativas que extrapolam a sala de aula convencional.

Tabela 1 – Apresentação dos participantes

<b>Nome</b>	<b>Formação</b>	<b>Ano escolar atual</b>	<b>Tempo de experiência docente</b>	<b>Número de alunos com diagnóstico que possui atualmente</b>
A	Pedagogia e Pós-Graduação em Supervisão e Orientação	2º ano	20 anos	3 alunos com TEA
B	Pedagogia e Especialização em Educação Básica	3º ano	4 anos	3 alunos com TEA
C	Pedagogia	3º ano	26 anos	2 alunos com TEA
D	Pedagogia	5º ano	19 anos	-
E	Mestre em Educação com ênfase na Educação Especial na perspectiva inclusiva	2º período e 2º ano	3 anos e 3 meses	2 alunos com TEA, 1 aluno com Síndrome de Down e 1 aluno com deficiência visual
F	Educação Física	3º, 4º e 5º anos	15 anos	Alunos com TEA, TDAH, Altas habilidades, DI
G	Pedagogia	3º ano	17 anos	1 aluno com paralisia cerebral

Fonte: Elaboração própria (2025).

É importante destacar que os estudantes acompanhados pela professora identificada como E estão distribuídos em diferentes turmas: os dois com diagnóstico

de Transtorno do Espectro Autista (TEA) estão matriculados no 2º período da Educação Infantil, enquanto os demais, com Síndrome de Down e deficiência visual, frequentam o 2º ano do Ensino Fundamental. Quanto ao professor F, não houve a especificação do número exato de alunos com diagnóstico, tendo sido mencionado apenas que há diversos estudantes com TEA, TDAH, altas habilidades e deficiência intelectual sob sua orientação.

No que se refere à origem dos diagnósticos, quatro participantes informaram que os alunos já chegaram à escola com laudo médico previamente emitido. Um dos docentes declarou não saber se o diagnóstico ocorreu antes ou após o ingresso escolar. Outro afirmou não ter, no momento, nenhum estudante com diagnóstico formalizado. Por fim, um dos professores relatou que acompanha atualmente um aluno que está em processo de avaliação para possível emissão de laudo clínico.

Para complementar as informações da metodologia, o instrumento utilizado na coleta de dados foi um questionário composto por perguntas abertas, elaborado especificamente para esta pesquisa. O modelo do questionário encontra-se apresentado no Apêndice A.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta os resultados obtidos a partir da análise dos questionários aplicados aos professores participantes, articulando-os com os referenciais teóricos que fundamentaram esta pesquisa. Os dados foram interpretados com base em categorias temáticas, construídas a partir das recorrências identificadas nas respostas. O objetivo é compreender de que maneira os laudos médicos impactam o cotidiano escolar, a atuação docente e os processos de inclusão, promovendo uma reflexão crítica sobre os sentidos atribuídos ao diagnóstico na prática educativa.

### 5.1 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Para organizar a interpretação dos dados, definiram-se cinco categorias de análise, alinhadas aos objetivos da pesquisa. São elas: função do laudo para a prática educativa; circulação dos laudos e das orientações pedagógicas na escola; encaminhamento e diagnóstico: impactos (ou não) na prática docente; percepção e práticas diante de alunos sem diagnóstico; e impacto do laudo no desenvolvimento pedagógico e na atuação do professor. A construção dessas categorias permite compreender de que modo os laudos influenciam as práticas escolares, bem como analisar os efeitos dessa dinâmica na efetivação de uma educação inclusiva.

#### 5.1.1 Função do laudo para a prática educativa

Os relatos dos participantes indicam que o laudo médico é, muitas vezes, percebido como um documento necessário para justificar intervenções diferenciadas. Ainda que seu papel inicial fosse de apoio à inclusão, ele tem sido utilizado como uma exigência para ações que deveriam partir da observação pedagógica. Essa perspectiva revela uma prática que condiciona o atendimento das necessidades educacionais à presença de um diagnóstico formal, o que pode comprometer a autonomia docente. O uso recorrente do laudo reforça sua função reguladora nas escolas, ao mesmo tempo em que não garante, por si só, mudanças substanciais nas metodologias de ensino (Fontenele *et al.*, 2023).

Percebe-se que a função do laudo na prática docente é interpretada de formas

distintas entre os profissionais. Para os docentes A, B, D e F, ele representa um instrumento fundamental, capaz de orientar intervenções, estruturar adaptações e garantir recursos como sala de apoio e professor especializado. Nessa concepção, o laudo funciona como respaldo institucional, oferecendo segurança jurídica e pedagógica na condução do trabalho com alunos que demandam acompanhamento específico.

Em contrapartida, os professores C, E e G adotam uma visão mais crítica sobre essa dependência do diagnóstico. Eles questionam a superficialidade de alguns laudos e alertam para o risco de reduzir o aluno à sua condição clínica, deslocando o foco da observação pedagógica. Essa tensão evidencia o desafio de equilibrar o uso do diagnóstico como garantia de direitos sem perder de vista que o desenvolvimento do aluno depende, prioritariamente, do olhar sensível, reflexivo e intencional do professor (Christmann; Pavão, 2018).

### **5.1.2 Circulação dos laudos e as orientações pedagógicas na escola**

Verificou-se que a forma como os laudos são compartilhados no ambiente escolar interfere diretamente na organização pedagógica. Alguns professores relataram dificuldades de acesso ao documento ou ausência de encaminhamentos claros sobre como utilizá-lo na prática. Essa limitação evidencia a distância entre os saberes médicos e a rotina educacional. Quando não há uma mediação efetiva entre as equipes, o laudo perde seu potencial de contribuir para o planejamento pedagógico e acaba sendo tratado apenas como exigência burocrática (Sampaio *et al.*, 2018), o que enfraquece sua função orientadora dentro do processo educativo.

Observa-se, ainda, que o acesso aos laudos ocorre predominantemente pela supervisão, conforme relatado por quatro docentes, enquanto outros dois mencionam que esse repasse acontece por meio da professora de AEE. Essa dinâmica reflete um processo de circulação pouco sistematizado, no qual o diagnóstico chega à sala de aula de forma fragmentada e, muitas vezes, desarticulada das práticas pedagógicas (Justus; Brandalise, 2020).

Além disso, os relatos evidenciam que as orientações pedagógicas recebidas após o conhecimento do laudo são heterogêneas. Alguns docentes destacaram que essas orientações se limitam às restrições dos alunos, enquanto outros relatam que dependem quase exclusivamente dos registros e documentos elaborados pelos

profissionais de AEE. Essa situação revela a fragilidade do processo formativo interno das escolas frente às demandas inclusivas, reforçando a centralidade do saber clínico e descontextualizando sua aplicação no cotidiano escolar (Voltolini, 2024).

### **5.1.3 Encaminhamento e diagnóstico: transformações (ou não) na ação pedagógica**

A análise das respostas indica que, na maioria dos casos, o encaminhamento para avaliação diagnóstica não se traduz em transformações significativas na prática pedagógica. Ainda que alguns professores identifiquem o laudo como instrumento que pode orientar o planejamento, muitos não relatam mudanças concretas após a confirmação do diagnóstico. Em determinadas situações, o laudo parece apenas formalizar o que já era percebido na sala de aula. Isso sugere que, mais do que o diagnóstico em si, é a formação do professor e o suporte institucional que definem a qualidade da intervenção (Justus; Brandalise, 2020).

Os dados revelam que, mesmo quando há o encaminhamento, o percurso até o diagnóstico nem sempre se concretiza, seja pela descontinuidade do acompanhamento familiar, seja pela dificuldade de acesso aos serviços especializados. Esse aspecto foi relatado por docentes como A e E, que reconhecem que, na ausência do laudo, o aluno não acessa direitos como o atendimento na sala de recursos ou o apoio pedagógico, evidenciando uma dependência burocrática desse documento (Sampaio *et al.*, 2018).

Ademais, para os professores C e D, mesmo quando o diagnóstico é confirmado, não há, necessariamente, impacto real na prática. Esse dado demonstra que o simples acesso ao laudo não assegura uma transformação pedagógica, o que reforça uma lógica em que a medicalização opera como um requisito formal, desvinculado de um acompanhamento pedagógico efetivo, refletindo, assim, a fragilidade do modelo atual de inclusão escolar (Fontenele *et al.*, 2023).

#### **5.1.4 Percepção e práticas docentes diante de alunos com demandas não diagnosticadas**

Diante de estudantes que apresentam dificuldades sem laudo clínico, os docentes relataram dúvidas quanto aos limites de sua atuação e a insegurança em realizar adaptações sem respaldo formal. Em alguns casos, identificou-se uma tendência a considerar o diagnóstico como condição necessária para validar qualquer intervenção. Isso reforça a lógica de que a origem das dificuldades estaria exclusivamente no aluno, o que pode desresponsabilizar a escola frente à diversidade educacional. Essa visão, criticada por Santos e Toassa (2021), transfere a explicação das falhas pedagógicas para fatores clínicos, reforçando a medicalização da aprendizagem.

Percebe-se que, na ausência de diagnóstico, alguns docentes, como A e D, relatam adotar uma prática baseada na tentativa e erro, implementando adaptações de maneira empírica, sem a segurança de respaldo institucional. Tal situação gera insegurança e desgaste, além de reforçar uma cultura escolar que privilegia respostas baseadas no laudo em detrimento da escuta pedagógica (Cheffer *et al.*, 2023).

Por outro lado, outros professores, como E e B, demonstram maior autonomia, desenvolvendo práticas inclusivas fundamentadas na observação das necessidades dos alunos, utilizando materiais adaptados e estratégias diferenciadas. Contudo, essa postura não é generalizada, e relatos como o do professor G demonstram que, sem o diagnóstico, as demandas de alguns alunos acabam sendo ignoradas, o que escancara a fragilidade da inclusão pautada exclusivamente na lógica diagnóstica (Voltolini, 2024).

#### **5.1.5 Impacto do laudo médico (ou diagnóstico) para o desenvolvimento pedagógico do aluno e a atuação do professor**

O laudo médico foi percebido pelos docentes como recurso ambíguo: ao mesmo tempo em que pode orientar práticas pedagógicas ao evidenciar necessidades específicas, também corre o risco de restringir o olhar sobre o estudante ao diagnóstico clínico. Essa centralidade do laudo, conforme apontam Cheffer *et al.* (2023) e Voltolini (2024), pode reforçar processos de patologização e induzir respostas medicalizantes, sem garantir transformações efetivas na inclusão escolar.

Os relatos mostram que, para alguns docentes, como A e B, o laudo representa uma ferramenta que legitima a busca por recursos institucionais e adaptações pedagógicas, além de proporcionar maior segurança na condução das práticas educativas. No entanto, outros professores, como C, E e G, expressam uma visão crítica, apontando que, em muitos casos, o diagnóstico não favorece efetivamente o desenvolvimento dos alunos e, em contrapartida, reforça estigmas e reduz a percepção sobre as potencialidades dos estudantes (Fontenele *et al.*, 2023).

Além disso, destaca-se que a chegada crescente de alunos com laudo não é acompanhada por investimentos em formação continuada, suporte institucional ou revisão das práticas escolares. Esse cenário gera frustração, como apontado por alguns participantes, e reafirma a necessidade de deslocar o foco do saber clínico para a valorização do olhar pedagógico, capaz de compreender as singularidades dos alunos para além dos rótulos diagnósticos (Sampaio *et al.*, 2018).

## 5.2 RESULTADOS

A análise dos dados coletados em uma escola municipal de Itabirito evidenciou que a maioria dos encaminhamentos para avaliações clínicas foi realizada sem respaldo em instrumentos sistemáticos de avaliação pedagógica. Os questionários aplicados aos docentes revelaram que, em muitos casos, a decisão de encaminhar partiu da percepção subjetiva do comportamento ou rendimento escolar do aluno, sem articulação com avaliações pedagógicas mais amplas. Esse achado corrobora a crítica de Fontenele *et al.* (2023), que apontam a ausência de critérios técnicos claros como fator que facilita a utilização indevida dos laudos, contribuindo para práticas de rotulação e exclusão, em vez de promoverem a inclusão escolar.

Observou-se também que, na maioria dos casos, o laudo médico foi tomado como principal referência para a definição de estratégias pedagógicas, substituindo a análise das singularidades dos alunos. Esse resultado confirma a preocupação de Moysés e Collares (2013), que destacam a tendência de a escola delegar à medicina a definição dos padrões de normalidade, o que perpetua mecanismos de exclusão disfarçados de inclusão.

Observa-se que, em determinados contextos escolares, a emissão do laudo pode favorecer a organização de práticas pedagógicas que direcionam os estudantes para atividades paralelas às propostas regulares. Esse cenário dialoga com os

apontamentos de Lopes *et al.* (2022), segundo os quais a medicalização funciona como uma ferramenta de controle, que limita a efetivação da diversidade no ambiente escolar e sustenta formas sutis de exclusão.

No tocante às representações docentes, os depoimentos analisados indicaram que muitos professores passam a ver o aluno prioritariamente pelo diagnóstico, limitando suas expectativas quanto ao desenvolvimento acadêmico. Este dado confirma a crítica de Christmann e Pavão (2018), para quem a centralidade do diagnóstico reduz a autonomia do docente e a capacidade de reconhecer diferentes trajetórias de aprendizagem.

Outro ponto observado foi a ausência de protocolos claros para o encaminhamento e a avaliação dos estudantes, favorecendo práticas improvisadas e contribuindo para a banalização dos laudos. Esse cenário evidencia a relevância da proposta de Fontenele *et al.* (2023), que defendem a elaboração de documentos orientadores para garantir o uso ético dos diagnósticos no processo educacional.

Em síntese, após a coleta de dados é possível apontar que, embora haja avanços pontuais, a dependência excessiva dos laudos médicos e a carência de formação crítica dos docentes ainda constituem barreiras significativas à inclusão. Assim, como enfatizado por Fontenele *et al.* (2023), é urgente promover a reflexão contínua sobre o papel dos diagnósticos no contexto escolar, reforçando práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade como elemento essencial do processo educativo.

## 6 AÇÕES ORIENTADORAS DIANTE DA CIRCULAÇÃO DOS LAUDOS MÉDICOS E OS EFEITOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A inserção de laudos médicos no contexto escolar tem provocado mudanças significativas na forma como os docentes organizam suas práticas e compreendem o processo de aprendizagem. Essa realidade exige a proposição de ações orientadoras que auxiliem na análise crítica do papel desempenhado por esses documentos. O intuito é contribuir para práticas educativas que não se limitem ao diagnóstico, mas que ampliem o olhar sobre as potencialidades dos estudantes, respeitando suas particularidades e trajetórias.

Nesta seção, serão abordadas iniciativas voltadas à valorização da singularidade dos alunos, à elaboração de materiais orientadores sobre o uso pedagógico dos diagnósticos e à definição de encaminhamentos mais éticos e contextualizados. Essas proposições têm como finalidade fortalecer o trabalho docente, incentivar a reflexão sobre a medicalização na educação e promover a articulação entre os diferentes atores envolvidos no processo escolar.

### 6.1 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS QUE VALORIZEM A PARTICULARIDADE DOS ALUNOS

Este tópico tem como propósito apresentar um conjunto de estratégias pedagógicas voltadas ao reconhecimento das especificidades dos estudantes. As proposições aqui descritas foram organizadas com base nas análises realizadas ao longo da pesquisa e fundamentadas no referencial teórico adotado, com a finalidade de contribuir para a construção de práticas inclusivas que considerem a diversidade dos sujeitos, sem reduzir suas trajetórias aos diagnósticos clínicos.

A ruptura com a lógica medicalizante no ambiente escolar exige que as práticas pedagógicas estejam fundamentadas na valorização da singularidade dos estudantes, respeitando seus ritmos e formas de aprender. A inclusão escolar deve priorizar as potencialidades dos alunos, promovendo o reconhecimento de suas habilidades para além das limitações indicadas em laudos médicos (Almeida *et al.*, 2024).

As metodologias ativas constituem uma alternativa eficaz para fomentar a aprendizagem centrada no estudante, favorecendo o desenvolvimento do pensamento crítico e da criatividade. De acordo com Almeida *et al.* (2024), essas

práticas fortalecem o vínculo entre professor e aluno e tornam o processo educativo mais dinâmico e personalizado, respeitando a diversidade existente nas salas de aula.

A integração de tecnologias digitais no ambiente escolar também amplia as possibilidades de adaptação metodológica às necessidades dos alunos. Narciso *et al.* (2024) ressaltam que o uso de recursos tecnológicos favorece a construção de práticas pedagógicas mais engajadoras e significativas, contribuindo para a promoção de um ensino que dialoga com os interesses e características dos estudantes contemporâneos.

O incentivo ao aprendizado colaborativo emerge como uma estratégia importante para valorizar as diferenças individuais. Segundo Barreto (2024), práticas que estimulam o diálogo e a cooperação entre os alunos criam espaços de interação que respeitam a diversidade, enriquecendo o conhecimento coletivo e promovendo o sentimento de pertencimento no ambiente escolar.

A interdisciplinaridade, especialmente nos anos iniciais da educação básica, é apontada como um recurso fundamental para a construção de ambientes de aprendizagem mais criativos e inclusivos. Elicker *et al.* (2023) defendem que práticas pedagógicas interdisciplinares, aliadas ao uso de tecnologias digitais, promovem o engajamento e contribuem para o desenvolvimento da literacia digital dos estudantes.

A superação da visão centrada na deficiência é essencial para a transformação da prática pedagógica. Santos e Luiz (2023) enfatizam que o processo educativo deve privilegiar a co-construção do conhecimento, rompendo com modelos tradicionais baseados em diagnósticos e diretrizes rígidas, e focando no desenvolvimento das competências e habilidades de cada estudante.

A utilização crítica e criativa das tecnologias educacionais também se mostrou indispensável em contextos de crise, como evidenciado por Marinho *et al.* (2021). Durante a pandemia, a adoção de metodologias flexíveis e inovadoras permitiu que a prática pedagógica se adaptasse às novas demandas, evidenciando a importância da flexibilidade para a promoção da aprendizagem em tempos de adversidade.

Além disso, o uso de dispositivos móveis e plataformas digitais tem potencial para ampliar as possibilidades de ensino e interação. Filho e Castioni (2021) argumentam que, ao integrar smartphones e outros recursos tecnológicos no cotidiano escolar, os educadores podem diversificar as estratégias pedagógicas e tornar o processo de aprendizagem mais acessível e participativo.

A formação docente não deve limitar-se a abordagens tecnicistas centradas em diagnósticos clínicos e protocolos biomédicos, pois tais modelos contribuem para a medicalização das diferenças e obscurecem os fatores pedagógicos e sociais que influenciam o percurso escolar. Nesse sentido, é fundamental priorizar processos formativos que valorizem a escuta, a autonomia docente e o planejamento sensível às singularidades do contexto educacional (Silva, 2014).

A formação continuada dos professores é apontada como pilar para a construção de práticas educativas inclusivas e integradoras. Neto *et al.* (2018) defendem que é imprescindível preparar educadores capazes de compreender e implementar metodologias que respeitem a diversidade dos alunos, favorecendo tanto o desenvolvimento acadêmico quanto a formação social dos estudantes.

Finalmente, a avaliação também precisa ser repensada para contemplar as múltiplas dimensões da aprendizagem. Neto *et al.* (2018) ressaltam que os processos avaliativos devem ir além da padronização, valorizando a evolução pessoal e o engajamento dos estudantes, consolidando práticas educativas que reconheçam as potencialidades e respeitem as individualidades no contexto escolar.

## 6.2 FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

A formação continuada dos docentes é um dos pilares para a construção de uma escola inclusiva, especialmente diante da crescente presença de laudos médicos no contexto educacional. Esses documentos, embora importantes, não devem substituir a escuta pedagógica nem limitar o olhar dos professores sobre os estudantes. A supervalorização de diagnósticos clínicos, sem o devido embasamento pedagógico, pode induzir a práticas excludentes disfarçadas de inclusão, tornando urgente a capacitação crítica dos educadores quanto ao uso ético e contextualizado dessas informações (Fontenele *et al.*, 2023).

Para enfrentar esse cenário, torna-se fundamental investir em estratégias formativas que fortaleçam a autonomia docente frente à medicalização. A formação deve fomentar reflexões que restabeleçam o papel do professor como mediador do conhecimento, apto a compreender as múltiplas formas de aprendizagem e a valorizar as diferenças como potencial educativo. A superação da dependência dos laudos e a adoção de práticas pedagógicas mais sensíveis às singularidades dos alunos

requerem uma postura crítica frente ao discurso médico, reafirmando a educação como espaço de acolhimento e escuta (Moysés; Collares, 2013).

Nesse sentido, a adoção de padrões diagnósticos em outras áreas, como na radiologia, pode servir de inspiração para a área educacional. O BI-RADS™, por exemplo, sistematiza a linguagem e a interpretação de exames, garantindo mais objetividade e clareza. Tal protocolo exemplifica a relevância da padronização como ferramenta para evitar distorções e promover decisões mais seguras, apontando a necessidade de critérios semelhantes também nos laudos utilizados em contexto escolar (Souza *et al.*, 2022).

A experiência dos laboratórios clínicos reforça a importância de diretrizes rigorosas em todos os estágios do processo diagnóstico. A definição de Procedimentos Operacionais Padrão e a organização das etapas de trabalho asseguram a qualidade das informações e a segurança dos resultados. Aplicado ao contexto educacional, esse modelo evidencia como a ausência de parâmetros pode comprometer a efetividade das práticas inclusivas (Nascimento *et al.*, 2023).

A capacitação permanente dos profissionais responsáveis pela elaboração e interpretação de laudos é igualmente indispensável. A formação técnica contínua não apenas eleva a qualidade dos documentos emitidos, como também evita interpretações equivocadas que possam restringir a trajetória escolar dos estudantes. Nesse processo, o compromisso ético e a competência analítica dos profissionais envolvidos são fatores decisivos (Magalhães *et al.*, 2018).

Contudo, ainda há grande disparidade na aplicação de critérios diagnósticos, o que acarreta variações nas interpretações e decisões pedagógicas. A heterogeneidade nos escores utilizados em diagnósticos hematológicos, por exemplo, revela como a ausência de padronização pode comprometer a confiabilidade dos resultados. Esse cenário, transposto à escola, reforça a urgência de parâmetros claros para que os laudos sejam efetivamente úteis ao processo de inclusão (Brito *et al.*, 2023).

Além disso, observa-se resistência à institucionalização de práticas estruturadas de emissão de laudos, o que afeta negativamente a clareza das informações e a comunicação entre os envolvidos. A padronização dos relatórios, apesar de já ser uma recomendação consolidada em diversas áreas, ainda demanda uma mudança cultural significativa para ser efetivada no campo educacional (Nascimento *et al.*, 2021).

O rigor técnico, nesse contexto, deve ser compreendido como compromisso ético. A fidelidade das informações prestadas em laudos impacta diretamente o planejamento pedagógico e a garantia de direitos educacionais. A inexistência de protocolos claros compromete o processo de ensino-aprendizagem e favorece práticas que reforçam desigualdades (Gaudencio, 2023).

No ambiente escolar, a ausência de diretrizes unificadas nos laudos compromete a objetividade na definição de estratégias inclusivas. Assim como em áreas da saúde, a padronização diagnóstica na educação pode mitigar interpretações subjetivas e tornar os encaminhamentos mais consistentes, favorecendo a construção de práticas pedagógicas realmente inclusivas (Nascimento *et al.*, 2021).

A qualificação técnica dos profissionais deve ser acompanhada de revisão periódica dos documentos emitidos, promovendo correções e aperfeiçoamentos contínuos. Além de aumentar a precisão das avaliações, esse processo fortalece a confiança da comunidade escolar nas decisões educacionais tomadas com base em laudos (Magalhães *et al.*, 2018).

É necessário compreender que a padronização não se limita à técnica; envolve também aspectos culturais e institucionais. A construção de uma cultura de transparência, ética e responsabilidade compartilhada é condição indispensável para que os laudos médicos cumpram sua função de apoio, e não de exclusão, na construção de um ensino verdadeiramente inclusivo (Brito *et al.*, 2023).

### 6.3 ELABORAÇÃO DE UM DOCUMENTO ORIENTADOR PARA REFLEXÃO E PRÁTICA NAS ESCOLAS ACERCA DOS DIAGNÓSTICOS

A elaboração de um documento orientador que trate do uso consciente dos laudos médicos no ambiente escolar é fundamental para reforçar a ideia de que esses instrumentos devem servir à promoção da inclusão, e não à exclusão. Segundo Barrientos *et al.* (2024), a formação ética dos profissionais da educação é crucial para que a utilização dos laudos psicológicos e diagnósticos seja crítica e contextualizada, considerando a diversidade humana e os direitos dos estudantes à educação inclusiva.

Fontenele *et al.* (2023) ressaltam que o uso inadequado dos laudos pode intensificar práticas excludentes, sendo necessário que o documento oriente os educadores a fazerem uma análise criteriosa das avaliações recebidas. A análise

crítica dos laudos deve ser incorporada às práticas escolares, garantindo que as informações contidas nesses documentos sejam utilizadas como instrumentos de apoio pedagógico, e não como sentenças limitadoras da trajetória dos estudantes.

A formação para o uso ético dos laudos deve integrar discussões sobre políticas públicas e práticas pedagógicas inclusivas, conforme evidenciado por Lima e Viana (2022). Os autores apontam que capacitações contínuas que envolvam a análise crítica dos laudos contribuem para o fortalecimento de práticas educativas mais justas e sensíveis às múltiplas realidades presentes no ambiente escolar.

No âmbito da gestão de informações, Núñez *et al.* (2019) argumentam que a coleta e análise de dados educacionais, quando utilizada para subsidiar decisões pedagógicas — prática conhecida como Data-Driven Decision Making (DDDM), deve ser mediada por princípios éticos que assegurem que esses dados sejam usados para ampliar oportunidades, e não para classificar ou rotular estudantes. Nesse sentido, é fundamental contextualizar a aplicação dessa abordagem nas realidades escolares brasileiras, especialmente no que tange ao uso de informações provenientes de laudos médicos. A ética na análise de dados, portanto, deve ser um dos pilares fundamentais das orientações propostas no documento.

Embora a discussão sobre a Inteligência Artificial (IA) ainda esteja em fase inicial nas escolas públicas brasileiras, é importante destacar que seu uso em plataformas educacionais pode influenciar diretamente as decisões pedagógicas. Assim, mesmo que essa tecnologia ainda não esteja amplamente disseminada, é prudente que o documento orientador considere, de forma crítica, os possíveis impactos futuros da IA na educação, como questões de privacidade e equidade, assegurando que essas ferramentas sejam utilizadas com responsabilidade e sensibilidade às particularidades dos estudantes.

Aguiar (2023) complementa essa discussão ao salientar que a introdução de ferramentas digitais no ambiente escolar requer a construção de espaços de diálogo, nos quais alunos e educadores possam discutir criticamente as implicações da tecnologia na educação. Assim, o documento deverá propor diretrizes para o uso ético da tecnologia, enfatizando sua função de apoio e não de controle.

A construção de uma cultura escolar voltada para a valorização da diversidade também deve ser enfatizada no documento, conforme sugerem Furlan *et al.* (2020). Práticas pedagógicas que reconheçam e potencializem as diferenças dos estudantes

são essenciais para a promoção de uma inclusão efetiva, exigindo a reformulação de métodos tradicionais ainda presentes em muitas instituições.

Fontenele *et al.* (2023) alertam que o uso dos laudos pode tanto favorecer quanto dificultar a inclusão, dependendo da maneira como são interpretados e aplicados no contexto escolar. Dessa forma, o documento orientador deve fomentar a constante reflexão crítica sobre o papel dos laudos, evitando a cristalização de práticas estigmatizantes e reforçando o compromisso com a inclusão.

Como destacam Knoener *et al.* (2022), a criação de um documento orientador deve ir além da elaboração de normas e procedimentos: deve ser um convite permanente à reflexão ética e profissional. Ao incentivar o diálogo e o desenvolvimento contínuo, o documento contribuirá para transformar a escola em um espaço de aprendizagem colaborativa, comprometida com a construção de uma educação mais inclusiva, democrática e ética.

Este capítulo teve como objetivo refletir sobre ações que contribuam para ressignificar o papel docente diante do avanço dos diagnósticos e da presença crescente de discursos médicos no ambiente escolar. A elaboração de um documento orientador representa uma estratégia para fortalecer o saber pedagógico, promovendo práticas baseadas na escuta, na observação e na experiência docente, e não restritas a parâmetros clínicos.

Dessa forma, reafirma-se que a valorização da troca de saberes, da formação contínua e da construção coletiva de estratégias pedagógicas constitui um caminho essencial para enfrentar os desafios da inclusão. Tais ações possibilitam ao professor reposicionar sua prática frente às demandas de alunos com TEA, TDAH, Altas Habilidades/Superdotação, Deficiência Intelectual, entre outras, fortalecendo uma educação ética, inclusiva e comprometida com a diversidade.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral analisar o lugar que o laudo médico ocupa na prática pedagógica, problematizando como sua utilização impacta a atuação docente e contribui para processos de patologização no contexto escolar, e partiu da seguinte questão de pesquisa: qual é o papel dos laudos médicos na prática pedagógica e de que forma sua utilização impacta a atuação docente, contribuindo para processos de patologização no ambiente escolar?

O desenvolvimento deste estudo possibilitou compreender como a utilização dos laudos médicos, no contexto da inclusão escolar, atua tanto como instrumento de acesso a direitos, quanto como elemento que reforça processos de rotulação e medicalização. A pergunta de pesquisa — se os laudos favorecem ou limitam a inclusão — foi respondida de forma consistente, evidenciando que, embora possam auxiliar no acesso a recursos, seu uso, da forma como vem sendo operacionalizado, contribui para a consolidação de uma lógica patologizante no ambiente escolar.

O objetivo geral, de problematizar o uso dos laudos médicos no contexto educativo, foi alcançado, pois os dados revelaram que a prática docente, muitas vezes, se ancora mais no discurso médico do que no saber pedagógico. Esse cenário aponta para abanalização dos diagnósticos de TEA, TDAH, Altas Habilidades/Superdotação e Deficiência Intelectual, que passam a circular como códigos que validam o direito ao atendimento, mas esvaziam a dimensão pedagógica do trabalho docente. Do mesmo modo, os objetivos específicos foram contemplados, permitindo analisar os critérios que sustentam a emissão dos laudos, refletir sobre seus impactos na prática escolar e propor caminhos que resgatem a centralidade do fazer pedagógico.

Os dados obtidos indicaram que, em diversas situações, o laudo assume função mais burocrática que formativa, servindo como instrumento de validação da diferença, sem, necessariamente, gerar transformações na prática docente. Ao mesmo tempo, ficou evidente que a constante busca dos professores por orientações externas — especialmente de caráter clínico — fragiliza o reconhecimento do próprio saber pedagógico, deslocando para o campo da medicina a responsabilidade de dizer quem é o aluno e quais suas necessidades. Esse movimento revela um processo de medicalização do fracasso escolar, no qual a diversidade é traduzida em diagnósticos, e não em possibilidades pedagógicas.

Com base nos resultados, torna-se necessário reconfigurar o entendimento sobre o papel dos laudos médicos na escola. Embora sejam fundamentais para garantir o acesso aos direitos, os dados não permitem afirmar que, na prática, esses documentos oferecem suporte real à atuação pedagógica dos professores. Ao contrário, a forma como vêm sendo utilizados tende a reforçar práticas normativas, centradas na rotulação, em detrimento de estratégias que considerem a complexidade e a singularidade dos sujeitos. Avançar na construção de uma educação inclusiva exige, portanto, fortalecer o saber docente, promover a formação crítica e estimular o diálogo interdisciplinar, sem subordinar a prática pedagógica aos discursos médicos.

Diante disso, este trabalho convida à reflexão sobre a urgência de reposicionar o saber pedagógico no cotidiano escolar, resgatando sua potência na construção de práticas inclusivas e emancipatórias. É necessário romper com a dependência do olhar clínico como mediador do processo educativo e investir em práticas que reconheçam o aluno para além do diagnóstico, compreendendo-o em sua totalidade, história e potencialidades.

Para pesquisas futuras, recomenda-se aprofundar a análise sobre como a formação inicial e continuada influencia o uso dos laudos na prática docente, bem como investigar alternativas que promovam a construção de uma cultura escolar menos medicalizante e mais comprometida com a diversidade e a equidade.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Jonathan. Resenha do livro “Dialogando sobre inclusão em educação contando casos (e descasos)”. **Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva**, Manaus, v. 5, e7141, p. 1-4, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufam.edu.br/index.php/educacaoinclusiva/article/view/7141>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- ALMEIDA, C. R. Desafios e oportunidades na implementação de programas de alfabetização científica digital. **Revista Brasileira de Educação**, v. 29, n. 1, p. 100-123, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/abcdefghijkl/>. Acesso em: 30 out. 2024.
- ALVES, Fúlvia Cristina do Carmo; BRANDÃO, MarilenyBoechatFrauches; BACELAR JÚNIOR, Arilton Januário. A medicalização da infância na contemporaneidade: revisão integrativa. **Mental**, v. 13, n. 24, p. 1-25, 2021. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-44272021000200003&script=sci\\_arttext](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-44272021000200003&script=sci_arttext). Acesso em: 12 jun. 2025.
- BARRETO, Angélica Costa. **A educação como prática libertadora em territórios de vulnerabilidade**. 2024. 49 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024. Disponível em: <https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/20198?mode=full>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- BARRIENTOS, M. G. *et al.* Ensino de Matemática e a Tecnologia da Informação: integrando e consolidando teoria e prática. **SETIF – Semana de Educação, Tecnologia e Inovação da Fronteira**, 2024. Disponível em: <https://tecnoif.com.br/setif-anais/2024/resumos/50.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- BAZON, F. V. M.; SILVA, G. F. S. da. Formação de professores na perspectiva da educação inclusiva: análise de currículos de licenciaturas em Ciências Biológicas, Química e Física. **Revista Pedagógica**, v. 22, p. 1-24, 2022. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/5064>. Acesso em: 15 mai. 2025.
- BELTRAME, R. L.; GESSER, M.; SOUZA, S. V. de. Diálogos sobre medicalização da infância e educação: uma revisão de literatura. **Psicologia em Estudo**, v. 24, e42566, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v24i0.42566>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- BRANCO, A. P. S. C.; MATA, R. E. A. da. Contribuições da cultura de colaboração e a atuação de professores de apoio e profissionais escolares: relatos de experiência. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 23, n. 00, p. e022015, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/16683>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo escolar da educação básica 2024**: resumo técnico. Brasília, DF: Inep/MEC, 2024. Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2024.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2024.pdf). Acesso em: 14 maio 2025. Brasil, 2014

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Políticas de Educação Especial. **Nota Técnica nº 04/2014/MEC/SECADI/DPEE: orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar**. Brasília, DF, 23 jan. 2014. Disponível em: [https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15898-nott04-secadi-dpee-23012014&Itemid=30192](https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15898-nott04-secadi-dpee-23012014&Itemid=30192). Acesso em: 18 jul. 2025.

BRITO, G. A.; FLORES, M. M. L. A inclusão de alunos com deficiência intelectual: em foco as práticas pedagógicas. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 16, n. 48, p. 340–359, 2023. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/2879>. Acesso em: 12 jun. 2025.

CALADO, V. A.; CAMPOS, H. R. A formação inicial do pedagogo e o enfrentamento da medicalização na educação. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 2, p. 43-438, mai/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/ScTPBDVgVJ5XsxXxkhWGSJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mai. 2025.

CALIXTO, R. C. *et al.* Validação de competências do docente da área de administração em enfermagem. **Advances in Nursing and Health**, Londrina, v. 2, p. 34-47, 2020. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/anh/article/download/39158/28373>. Acesso em: 12 jun. 2025.

CASTRO A. A. de.; VILELA-RIBEIRO, E. B. O estigma presente nos discursos de professores sobre laudos e a relação com as queixas escolares. **Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 23, n. 00, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/16203/14826>. Acesso em: 15 mai. 2025.

CHEFFER, Maycon Hoffmann *et al.* Impacto do isolamento social em pessoas com "TDAH": experiências compartilhadas em comunidades virtuais durante a pandemia. **Saúde & Meio Ambiente: Revista Interdisciplinar**, v. 12, p. 123-138, 2023. Disponível em: <https://www.unc.br/periodicos>. Acesso em: 12 jun. 2025.

CHRISTMANN, M. PAVÃO, S. M. de O. A inerência do diagnóstico clínico na produção de (in)exclusão educacional. **Acta Scientiarum**, v. 40, n. 3, p. 1-12, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/31628/751375137831>. Acesso em: 15 mai. 2025.

COELHO, Gilson Gomes; SOUSA, Paula Laena Paiva de. Medicalização da vida: uso de psicofármacos na infância e os processos de escolarização. **Revista**

**GepFIP**, v. 1, n. 10, 2022. Disponível em:  
<https://doi.org/10.55028/gepfip.v1i10.14617>. Acesso em: 12 jun. 2025.

ELICKER, A. T.; MARTINS, R. L.; BARBOSA, D. N. F. Abordagem criativa como meio para o desenvolvimento da literacia digital no contexto escolar. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 3474–3494, 2023. Disponível em:  
<https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/1313>. Acesso em: 12 jun. 2025.

FERREIRA, H. J.; PATTON, K.; PARKER, M. Do isolamento à colaboração: desenvolvimento de uma comunidade de professores de Educação Física em tempos de pandemia. **Movimento**, v. 28, e28067, 2022. Disponível em:  
<https://doi.org/10.22456/1982-8918.127470>. Acesso em: 12 jun. 2025.

FILHO, P.; CASTIONI, R. Smartphones no processo educacional: propondo possibilidades. **Informática na Educação: Teoria & Prática**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, 2021. Disponível em:  
<https://seer.ufrgs.br/index.php/InfEducTeoriaPratica/article/view/110620>. Acesso em: 12 jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-1654.110620>.

FONTES, F. L. de L. *et al.* A enfermagem no ensino superior: estratégias utilizadas pelo enfermeiro docente para melhoria de suas práticas pedagógicas. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 18, p. e435, 3 fev. 2019. Disponível em:  
<https://acervosaude.com.br/index.php/saude/article/view/435>. Acesso em: 12 jun. 2025.

FURLAN, E. G. M. *et al.* Inclusão na educação superior: formação e experiência docente. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25, n. 2, p. 416–438, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-4077/S1414-40772020000200010>. Acesso em: 12 jun. 2025.

GARCIA, R. V. B. *et al.* Ensino remoto emergencial: práticas educacionais e percepções docentes. **Educação & Realidade**, v. 48, e124612, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236124612vs01>. Acesso em: 12 jun. 2025.

GAUDÊNCIO, Jéssica S. *et al.* Teorias de aprendizagem no ensino de Química: uma revisão de literatura a partir de artigos da revista *Química Nova na Escola (QNEsc)*. **Química Nova na Escola**, v. 45, n. 2, 2023. Disponível em:  
<http://qnesc.s bq.org.br/online/prelo/CP-35-21.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.

GÖRGENS, Pollyanna Roberta Campelo; ANDRADE, Paulo César de Resende. Estratégias para o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação no ensino médico construtivista. **Anais CIET: Horizonte**, São Carlos-SP, v. 4, n. 1, 2024. Disponível em:  
<https://ciet.ufscar.br/submissao/index.php/ciet/article/view/1564>. Acesso em: 12 jun. 2025.

HASHIZUME, Cristina Miyuki; ALVES, Maria Dolores Fortes. Políticas afirmativas e inclusão: formação continuada e direitos. **Revista D.E.L.T.A.**, v. 38, n. 1:

202257203, nov. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1678-460X202257203>. Acesso em: 24 jul. 2023.

JUSTUS, M. B.; BRANDALISE, M. A. T. Conselho de Classe On-line: uma prática coletiva com professores do Ensino Fundamental. **Com a Palavra, o Professor**, [S. l.], v. 5, n. 12, p. 107–126, 2020. Disponível em: <http://revista.geem.mat.br/index.php/PPP/article/view/487>. Acesso em: 12 jun. 2025.

SILVA, Kelly Cristina Brandão da. **Educação inclusiva: para todos ou para cada um? Alguns paradoxos (in)convenientes**. 2014. 280 f., anexo. Tese (Doutorado em Educação – Área de Concentração: Educação Especial) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29092014-134527/publico/KELLY\\_CRISTINA\\_BRANDAO\\_DA\\_SILVA\\_rev.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29092014-134527/publico/KELLY_CRISTINA_BRANDAO_DA_SILVA_rev.pdf). Acesso em: 18 jul. 2025.

KNOENER, D. F.; PUPIN SANTOS, N. C.; DUARTE, L. M. A promoção da convivência ética e a prevenção da violência na escola: considerações sobre a formação docente. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 26, n. esp. 3, p. e022094, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/16954>. Acesso em: 12 jun. 2025.

LIMA, Heliane de; SANTOS, Daniel Kerry dos. O diagnóstico de TDAH e seus efeitos de subjetivação: uma análise das trajetórias escolares de jovens universitários. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 27-51, abr. 2021. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-64072021000100003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072021000100003). Acesso em: 12 jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2021v12n1p27>.

LIMA, Rayanne da Silva; VIANA, Kilma da Silva Lima. Estratégias didáticas de professores de Química do Ensino Médio. **International Journal Education and Teaching (PDVL)**, v. 5, n. 2, p. 49–68, 2022. Disponível em: <https://ijet-pdvl.institutoidv.org/index.php/pdvl/article/view/150>. Acesso em: 12 jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.31692/2595-2498.v5i2.238>.

LOPES, N.; SILVA, A. Infância e o desafio da inclusão escolar: a experiência de um estágio não-obrigatório. **Revista Educação e Infâncias**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoinfancia/article/view/20761>. Acesso em: 12 jun. 2025.

LOTTERMANN, F.; OLIVEIRA-MENEGOTTO, L. M. de; ANDRADE, P. F. de. Desconstruindo verdades – cultivando possibilidades: um relato de estágio em Psicologia Escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, e202089, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392020202089>. Acesso em: 12 jun. 2025.

MAGALHÃES, Célia; CRUZ, Jaíze; MORAES, Cloves; SAMPAIO, Lígia. Práticas inclusivas de alunos com TEA: principais dificuldades na voz do professor e mediador. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, v. 21, n. esp. 2, p.

1031-1047, 2017. Disponível em:

<https://doi.org/10.22633/rpge.v21.n.esp2.2017.10386>. Acesso em: 12 jun. 2025.

MATOS, A. C. S.; RIBAS, F. C. Ensino remoto: percepções de alunos e professores dos cursos de letras. **Intercâmbio**, [S. l.], v. 53, p. e60103, 2023. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/60103>. Acesso em: 12 jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.23925/2237-759X2023V53e60103>.

MELLO, R. C. A.; MOLL, J. Políticas públicas em educação e a garantia do direito à educação no contexto de desigualdade social no Brasil. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 38, n. 2, p. 1-21, 2020.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Controle e medicalização da infância.

**Desidades**, n. 1, ano 1, p. 11-21, dez. 2013. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/2456/2090>. Acesso em: 15 mai. 2025.

NASCIMENTO, Jaine de Souza Bomfim *et al.* Estratégias pedagógicas para aprendizagem dos músculos da face e sistema respiratório através do Instagram.

**Salão Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão da Uergs (SIEPEX)**, v. 1, n. 10, 2021. Disponível em: <http://200.132.92.95/index.php/xsiepex/article/view/3345>.

Acesso em: 12 jun. 2025.

NASCIMENTO, Maria Gabriela Bandeira do. **Panorama das estratégias pedagógicas presentes nos trabalhos de conclusão de curso da Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Ceará**. 2023. Disponível em:

<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/75424>. Acesso em: 12 jun. 2025.

NETO, J. Cruvinel; MARCONDES, V. R. V.; RIBEIRO JUNIOR, M. A. F. Avaliar como a ultrassonografia de emergência e trauma é ensinada aos estudantes de medicina. **Einstein (São Paulo)**, v. 17, n. 1, p. eAO4469, 2019. Disponível em:

[https://doi.org/10.31744/einstein\\_journal/2019AO4469](https://doi.org/10.31744/einstein_journal/2019AO4469). Acesso em: 12 jun. 2025.

NÚÑEZ, Carolina Portela. **Actionsandperceptionsofprincipalsandteachers in a programbasedonthe incentive ofthe use ofeducational data**. Rio de Janeiro, 2019. Tese (Doutorado em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ).

OLIVEIRA, Camila Dias de; MILANI, Thiago Giroto. Análise e reflexões sobre a Educação Especial no Brasil: o cenário de 2021. **Dialogia**, [S. l.], n. 44, p. e24030, 2023. Disponível em: <https://uninove.emnuvens.com.br/dialogia/article/view/24030>.

Acesso em: 12 jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.5585/44.2023.24030>.

POMMER, Lilian *et al.* Estratégias de ensino adotadas durante a pandemia: relato de experiência. In: **ANAIS DO WORKSHOP DE BOAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO CURSO DE MEDICINA**, 2021. Disponível em:

<http://www.periodicos.univag.com.br/index.php/workshopbp/article/download/2003/2172>. Acesso em: 12 jun. 2025.

POSSAMAI, J. P.; ALLEVATO, N. S. G. Proposição de problemas: entendimentos. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 38, e2300421, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4415v38a2300421>. Acesso em: 12 jun. 2025.

PREUSS, André; GODOY, Cristiane Maria Tonetto; BERNARTT, Maria de Lourdes; TEIXEIRA, Edival Sebastião. O tema do TDAH na aprendizagem escolar a partir de artigos científicos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 28, n. 2, 2023.

ROCHA, G. R. *et al.* Medicalização na infância: uma análise crítica do uso excessivo de psicofármacos no contexto educacional. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 81-95, 2024.

ROCHA, Luiz Renato Martins da; MENDES, Eniceia Gonçalves; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Políticas de Educação Especial em disputa: uma análise do Decreto nº 10.502/2020. **Práxis Educativa**, v. 16, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.16.15753.071>. Acesso em: 12 jun. 2025.

RODRIGUES, Gilson Santos; BORTOLETO, Marco Antonio Coelho; LOPES, Daniel de Carvalho. Circo na escola: educação e arte na Educação Básica. **Urdimento - Revista de Estudos em Artes Cênicas**, Florianópolis, v. 1, n. 46, p. 1–27, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/23247>. Acesso em: 12 jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.5965/1414573101462023e0110>.

SAMPAIO, Livia; DE SOUZA, Isabelle Maria Lima; ANDRADE, Wilkerson. Explorando o uso da robótica na educação básica: um estudo sobre ações práticas que estimulam o pensamento computacional. In: **ANAIS DOS WORKSHOPS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO**, 2018. p. 639. Disponível em: <https://doi.org/10.5753/cbie.wcbie.2018.639>. Acesso em: 12 jun. 2025.

SANTOS, Cássia Vasconcelos de Paulo dos; VIEIRA, Estela Aparecida Oliveira; FARIA, Arlete Vilela de. Laudo médico como elemento (im)prescindível na sala de recursos multifuncionais. **Educação UFSM**, v. 48, 2023. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1984-64442023000100213&script=sci\\_arttext](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1984-64442023000100213&script=sci_arttext). Acesso em: 12 jun. 2025.

SANTOS, Cláudia Lilian Alves dos; LUIZ, Luciana de Oliveira *et al.* Práticas de inclusão de alunos autistas na Educação Infantil: do lúdico ao uso de softwares. **Revista Educar Mais**, v. 7, p. 344-366, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/educarmais/article/view/11024>. Acesso em: 12 jun. 2025.

SANTOS, E. F.; YAMAGUCHI, K. K. de L.; BOAES, D. C. Relato de experiência: vivenciando novos desafios através do Residência Pedagógica. **Revista Ensino, Saúde e Biotecnologia da Amazônia**, [S. l.], v. 2, n. esp., p. 117–122, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/resbam/article/view/6601>. Acesso em: 12 jun. 2025.

SANTOS, G. da S.; TOASSA G. Produzindo medicalização: revisão bibliográfica sobre encaminhamentos da educação escolar à saúde. **Psic. da Ed.**, São Paulo, v.

52, p. 54-63, 2021. Disponível em:  
<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n52/n52a06.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2025.

SOUZA, S. T. B. de; PEREIRA, A. S. M.; VENÂNCIO, L. Alunos(as) com necessidades educacionais especiais na Educação Física Escolar: relatos de experiências de um professor-pesquisador. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 4, p. e48178, 2022. Disponível em:  
<https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/8178>. Acesso em: 12 jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.47149/pemo.v4.e48178>.

TEIXEIRA, Rivânia Gomes; ARAÚJO, Jânio Alexandre; SOUZA, Alexandre Aparecido da Silva. O planejamento pedagógico e suas implicações na rotina da Educação Infantil. In: **VII CONEDU – Conedu em Casa**, 2022. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/pp/a/jpmpfkDMrH3shnFhYY8LR9Lz/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2025.

VIEIRA-SANTOS, J. **Habilidades sociais educativas de docentes universitários na avaliação de alunos**: validação de um instrumento. 2019. 176 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

VINENTE, S.; GALVANI, M. D. Estudo comparado da política de educação especial. In: **JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, 10., 2021, São Luís. Anais [...]. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2021. p. 1-12.

VOLTOLINI, R. Corpos indóceis sob transferência. In: CARNEIRO, C.; PONNOU, S. (Orgs.). **Escutar crianças e adolescentes hiperativos**: aposta da psicanálise (Ebook). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2024.

WUO, A. S.; PAGANELLI, B. T. S. Barreiras e facilitadores na inclusão de pessoas com deficiência na educação superior: o ponto de vista dos estudantes. **Arquivos de Análise de Políticas Educacionais**, v. 30, p. 177, 2022. Disponível em:  
<https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/download/6809/2968/34428>. Acesso em: 12 jun. 2025.

YANAGA, Thais Watakabe; COIMBRA, Renata Maria. A influência das ações de inclusão nos processos de resiliência de alunos da Educação Especial. **Revista Educação Especial**, v. 32, 2019. Disponível em:  
[https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/33589/html\\_1](https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/33589/html_1). Acesso em: 12 jun. 2025.

## APÊNDICE A

### INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS E FORMULÁRIO DE RESPOSTAS

#### Questionário aplicado aos professores participantes

1. Qual é a sua formação?
2. Atualmente, em qual ano escolar você atua?
3. Qual é o seu tempo de experiência docente?
4. Atualmente, você tem alunos com diagnósticos na sala de aula? Se sim, quantos e quais são os diagnósticos?
5. Como você tomou conhecimento sobre o diagnóstico do aluno? O aluno já chegou com o laudo ou fechou o diagnóstico depois?
6. Como você define o papel do laudo médico no contexto da sua prática educativa com os alunos diagnosticados?
7. Como você, professor(a), recebe e acessa os laudos na escola?
8. Após o conhecimento em relação ao diagnóstico médico, você recebeu alguma orientação sobre a inclusão e acessibilidade deste aluno? Se sim, que tipo de orientação foi?
9. Os laudos/diagnósticos são discutidos com outros profissionais da escola? Em caso negativo, você considera importante que haja essa discussão?
10. Em sua sala, há alunos sem laudo médico que, como professor(a), você percebe que necessitam de algum tipo de adaptação e/ou acompanhamento? Como você trabalha isso?
11. Você já encaminhou algum aluno para avaliação de possível diagnóstico? O que motivou esse encaminhamento?
12. Em caso positivo de encaminhamento, o diagnóstico médico mudou a sua prática como professor(a) desse aluno?
13. Como você percebe o impacto do laudo médico no desenvolvimento e desempenho pedagógico dos alunos em sua sala de aula?
14. Na escola, hoje, vemos um aumento crescente de alunos autistas. A que você atribui este aumento?
15. Houve mudança/impacto na sua prática enquanto professor(a) com a chegada crescente de alunos com laudos?